

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Entidades Não-Governamentais de Assistência Social:

O perfil das Entidades registradas no
Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis


Profª. Kryslinda Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 14 / 04 / 2003

Livia Oliveira Silva

Florianópolis – 2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Entidades Não-Governamentais de Assistência Social:

O perfil das Entidades registradas no
Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina para obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Heloísa Maria José de Oliveira, Dra.

Livia Oliveira Silva

Florianópolis - 2003

BANCA EXAMINADORA:

HELOÍSA MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA

Orientadora e Presidente da Banca

KÁTIA REGINA MADEIRA

1 Examinadora

ÍRIA MOREIRA CAMPOS

2 Examinadora

Agradecimentos

Agradeço ao meu bom Deus pela graça da vida e pela força concedida à mim durante todo o caminho percorrido;

Aos meus pais e irmãos, pelo apoio e compreensão que me dedicaram;

Ao meu amor pelo carinho e companheirismo de que dispôs incansavelmente;

Às funcionárias do Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis, pela atenção e exemplo de profissionalismo ético;

À minha orientadora pela amizade, dedicação e principalmente pela paciência, sem a qual não teríamos chegado juntas até aqui;

E a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a edificação desse trabalho e a conquista de mais essa vitória.

*“Dou graças ao meu Deus todas as vezes que me lembro
de vocês. Em todas as minhas orações em favor de
vocês, sempre oro com alegria...”*

Filipenses 1:3,4 (NVI)

Lista de Siglas

NETA – Núcleo de Estudos do Trabalho e Assistência Social

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

CF/88 – Constituição Federal de Assistência Social

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

CEFF – Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos

CEBAS – *Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social*

ONG – Organização Não-Governamental

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

ACOJAR – Associação Comunitária Jardim Santa Mônica

PROMENOR – Sociedade Promocional do Menor Trabalhador

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

NOB - AS – Norma Operacional Básica da Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

BPC – Benefício de Prestação Continuada

Sumário

Introdução.....	07
Capítulo I - A Política de Assistência Social a partir da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.....	10
1.1 - Assistência Social como política pública.....	10
1.2 - Os Conselhos Municipais de Assistência Social.....	21
1.3- O Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis - CMAS-Fpolis e a Comissão de Registro.....	31
Capítulo II - O perfil das Entidades e Organizações de Assistência Social registradas no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis.....	37
2.1 - As Entidades e Organizações de Assistência Social.....	37
2.2 - Análise das características das Entidades Não-Governamentais registradas no CMAS - Fpolis.....	43
2.2.1 - Dados gerais das Entidades quanto à : localização, registro junto ao CNAS, área de abrangência, convênios e situação de registro no CMAS - Fpolis.....	47
2.2.2 - Público-alvo.....	52
2.2.3 - Objetivos e atividades desenvolvidas.....	53
Considerações Finais.....	58
Referências Bibliográficas.....	63
Anexo I – Ficha de Inscrição das Entidades	
Anexo II – Resolução nº 24 do CMAS, de 21 de setembro de 2000	
Anexo III – Lista das Entidades Registradas no CMAS – Fpolis	

Introdução

Vivemos numa sociedade, até então, regida por uma cultura capitalista, onde impera a lógica mercantil da lucratividade, o clientelismo, onde o Estado não é responsável pela assistência, e sim, a sociedade civil. Deveríamos, no entanto, ter estabelecida, uma cultura cidadã, onde busca-se: a construção de valores, pautados na democracia; a descentralização de poder e de recursos; o fim da desigualdade social; *entre outras necessidades de mudança* existentes em nossa sociedade. Neste sentido, pode contribuir a efetiva implantação da política de Assistência Social.

Segundo Nogueira (2000, p. 21)

“A Assistência Social constitui-se na garantia de um direito gratuito não contributivo, tendo como suporte ético o atendimento às necessidades sociais de segmentos populacionais excluídos das políticas sociais básicas, do círculo de produção e circulação dos bens produzidos e que tenham esgotado as formas de sociabilidade familiar e comunitária”.

Sendo assim, a Assistência Social deveria prestar um atendimento universal. No entanto, mais da metade da população brasileira encontra-se desprotegida de quaisquer mecanismos de proteção social.

De acordo com Maria Luiza Mestriner (2001, p. 17), a Assistência Social, embora tenha ingressado na agenda do Estado, sempre se mostrou ambígua por não reconhecer as necessidades da população como sendo de responsabilidade pública e estatal, considerando apenas o conjunto de iniciativas das organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. “A Assistência Social pública se voltou historicamente para a introdução de mecanismos de apoio às organizações, e não diretamente à população”.

A idéia da elaboração deste trabalho, nasceu durante o Estágio Curricular realizado no NETA – Núcleo de Estudos do Trabalho e Assistência Social – DSS/UFSC. As atividades

do estágio foram desenvolvidas, em sua maioria, no espaço do Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis (CMAS – Fpolis) e estiveram, mais especificamente, voltadas para a Comissão de Registro, sob constante orientação da Secretária Executiva do Conselho, Kátia Regina Madeira. Esta Comissão tem como responsabilidade, tudo o que diz respeito ao processo de registro das entidades, junto ao Conselho, desde a análise do caráter de Assistência Social da entidade, até a fiscalização para permanência do registro concedido.

O acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Comissão de Registro do CMAS, possibilitou o conhecimento do processo de avaliação de uma entidade, quanto ao seu caráter de Assistência Social e qualidade de atendimento. Daí o interesse pelo tema deste trabalho, que tem por objetivo, traçar o perfil das Entidades Não-Governamentais, que se encontram, hoje, registradas no Conselho Municipal de Assistência Social, a fim de identificar a relação existente entre suas finalidades e os princípios previstos na LOAS, ou seja, até que ponto essas entidades têm atendido aos mínimos sociais, que a Assistência Social deve prover. Para alcançarmos este objetivo consultamos as fichas de inscrição das Entidades, existentes no CMAS – Fpolis, utilizando-nos principalmente desta fonte como instrumento de coleta de dados, sendo que na pesquisa dos objetivos e atividades foram utilizados alguns estatutos que encontramos anexados às fichas de inscrição. Este estudo, portanto, é de caráter exploratório, que utiliza fontes documentais como referência para apreensão do objetivo. Os resultados deste perfil serão apresentados, considerando: dados gerais das entidades, quanto à localização, registro junto ao CNAS, área de abrangência, convênios e situação de registro no CMAS – Fpolis, além do público-alvo, objetivo e atividades desenvolvidas.

Para dar início ao trabalho, será feito um breve comentário de como está caracterizada a Assistência Social em nosso país, que a partir da Constituição de 1988 passou a integrar o Capítulo da Seguridade Social, onde são estabelecidas diretrizes financeiras, de gestão e de controle social para esta política. A Assistência Social é reconhecida como uma política social pública que é regulamentada na Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 (LOAS), que hoje encontra-se modificada devido às alterações sofridas por meio da aprovação de outras leis.

Será abordada também, a estrutura dos Conselhos de Assistência Social em especial os Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) que apresentam-se como espaços de participação popular, sendo o canal de participação legalmente constituído para o exercício da gestão democrática da política de Assistência Social. Serão apresentados alguns conceitos sobre Entidades e Organizações de Assistência Social, que conforme a LOAS, são aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos. Posteriormente, será analisado o perfil das Entidades Não-Governamentais registradas no CMAS – Fpolis, objetivo central deste trabalho.

Antes disso, conheceremos as características e a estrutura do CMAS de Florianópolis e da sua Comissão de Registro que tem como responsabilidade, a análise de Leis, Decretos e Resoluções referentes ao registro de entidades; revisão dos Registros Provisórios mediante análise de documentação e visitas; análise dos novos cadastros com emissão de pareceres e acompanhamento e fiscalização das entidades registradas no CMAS.

Ao final tecemos considerações que encerram nosso entendimento acerca do tema abordado.

Capítulo I – A Política de Assistência Social a partir da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS

1.1 – Assistência Social como política pública

A década de 80 marca um dos períodos mais ricos da história da política brasileira. Neste período o Congresso Nacional Constituinte legou à sociedade brasileira uma Constituição que pela primeira vez trouxe avanços no campo das políticas sociais e em especial na área da seguridade social, conferindo à Assistência Social o estatuto de política pública.

Dentre os principais e mais significativos avanços no setor das políticas sociais, destacam-se aqueles que se referem aos princípios e diretrizes que deverão orientar a ação governamental referente às políticas públicas e, em particular, a política de Assistência Social. Os princípios e diretrizes, no campo da seguridade social, são: a universalização de direitos, a descentralização político-administrativa e a gestão democrática, que contempla a *participação popular*.

Esses avanços negam a configuração das políticas sociais brasileiras tradicionais que se mostram elitistas, promotoras de privilégios e discriminações. Deste modo, surge um novo formato para a cidadania política que se expressa por meio da democracia participativa e da constituição dos conselhos paritários e deliberativos de políticas públicas.

O ordenamento de um sistema de seguridade social dirigido a reduzir as desigualdades sociais e a valorização do trabalho está relacionado ao esforço da sociedade

por tornar factível a participação democrática no processo de formulação e gestão das políticas públicas.

Para entender porque só tardiamente a Assistência Social se configurou como direito social e dever político, Ivanete Boschetti Ferreira (1999, p. 66 e 67), esclarece que “os mesmos elementos que retardaram o reconhecimento legal da assistência como direito podem estar agindo como freio para sua concretização”. A autora identifica duas respostas na tentativa de melhor entender a situação brasileira.

A primeira resposta baseia-se nas particularidades intrínsecas à Assistência Social, sendo possível destacar: sua subordinação aos interesses clientelistas dos governantes e de muitos parlamentares que fazem das verbas e subvenções públicas um patrimônio privado; sua implementação em função dos interesses político-econômicos do governo de plantão; o tratamento recebido, como prática assistemática e descontínua, tendo enfrentado grandes dificuldades para receber a nomenclatura de política social pois, desta maneira, o governo se isenta de responsabilidades e a eterna confusão entre assistência (política pública) e filantropia (benemerência), mantida intencionalmente para que a Assistência Social permaneça sob a ótica do dever moral. Adicionada à essas particularidades, surge uma segunda resposta que é a condição em que se encontra a Assistência Social, de ser uma política em constante conflito com as formas capitalistas de organização social do trabalho.

O movimento de luta e afirmação da Assistência Social como política pública, ganhou novos contornos e objetivos após a aprovação da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). As mudanças ocorridas na Seguridade Social, referentes à Assistência Social, informam que esta integra o Capítulo da Seguridade Social a partir da Constituição de 1988, onde são estabelecidas diretrizes financeiras, de gestão e de controle social e é

reconhecida como uma política social pública que é regulamentada na Lei 8742 de 07 de dezembro de 1993 (LOAS)¹.

Esta lei é constituída dos seguintes princípios: democratização, descentralização, equidade e complementaridade entre poder público e sociedade. Tem como objetivos o enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, provimento de condições para atender contingências sociais e universalização dos direitos sociais.

Mesmo com a aprovação da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) - que veio regulamentar os direitos sociais contidos nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 - a política de Assistência Social tem encontrado muitos desafios no que diz respeito à sua efetivação.

De acordo com Stein (2000, p. 73), a partir do processo de redemocratização pelo qual passou o Brasil, a partir dos anos 80, a relação Estado/Sociedade requer novas diretrizes, pautadas na descentralização, participação e autonomia dos diferentes sujeitos envolvidos neste processo. No entanto, a palavra descentralização torna-se um pouco complexa a partir do momento em que é utilizada para definir diferentes processos.

No que se refere às políticas sociais públicas, o agravamento de situações sociais de exclusão, desigualdade e pobreza, geram demandas sociais incompatíveis com as restrições impostas pelo ajuste às políticas sociais. Hoje no Brasil, vive-se uma enorme fragmentação

¹ Em 16 de dezembro de 1998, mediante Resolução nº 207, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social, que é o instrumento de gestão que transforma em ações diretas os pressupostos constitucionais e as regulamentações da LOAS. Segundo Wanda Engel Aduan, ex-secretária do Estado de Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social tem como resultados, avanços significativos na perspectiva da modernização do Estado, no fortalecimento das unidades da Federação, na busca da participação da sociedade, especialmente por meio dos Conselhos de Assistência Social. Nesta mesma ocasião foi aprovada também a NOB-AS (Norma Operacional Básica de Assistência Social), que tem como objetivo, disciplinar os procedimentos operacionais para a implementação da Política Nacional de Assistência Social, ou seja, vem aprimorar os instrumentos que operacionalizam o Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social.

da gestão do social, onde surgem os programas de combate à pobreza, como alternativa de política social, que são caracterizados por ações específicas e focalizadas. Estes programas, quase sempre, estão associados a uma estratégia de descentralização, onde os municípios são totalmente responsabilizados pela implementação das políticas sociais públicas. Esse processo traz o desmonte das políticas sociais existentes, principalmente as de âmbito nacional, sem apresentar nada que as substitua, além de não conceder aos municípios os recursos necessários. Esta política do ajuste tirou dos estados a possibilidade de coordenar e planejar programas sociais equitativos, causando um desequilíbrio ainda maior no país (Soares, 2000, p. 54).

Como afirmou Betinho, por ocasião de sua saída do Conselho do Comunidade Solidária (motivada pela ausência de um projeto social do Governo), “se existe um plano real para o econômico, não há um plano real para o social”(Folha de São Paulo, 05/05/96, p. 1-3).

O desrespeito às definições e aos mecanismos de controle constantes na LOAS, através do desmonte das Políticas Públicas, deixa clara a predominância da política neoliberal. Essa política suprime os direitos sociais, com a minimização das funções do Estado e transferência das funções sociais para a sociedade civil, com a degradação do patrimônio público, através das privatizações estatais, com a centralização do poder político e econômico, com as medidas provisórias que reduzem os benefícios garantidos na CF/88 e na LOAS, com as reformas estruturais que visam medidas que desresponsabilizam o governo em todas as esferas em relação à proteção social, entre outras de caráter político que vêm dificultando o processo já tortuoso por que tem passado a política de Assistência Social.

O movimento que vem impulsionando a revisão crítica da Assistência Social, é um processo histórico construído por atores e organizações sociais, como parte de um processo mais amplo de luta pela afirmação e expansão dos direitos, bem como pela criação de novos direitos de inclusão social. Mas em que medida a Assistência Social vem permitindo ou não a inclusão social? Diante da conjuntura adversa e de ajustes estruturais (que se traduzem na ausência de recursos financeiros e de infra-estrutura organizacional) na qual está inserida nossa sociedade, a situação de pobreza e exclusão tem se agravado, e precarizam-se os padrões de proteção social.

Raichelis (1998, p. 78) aponta como uma das transformações fundamentais, a se processarem no universo da Assistência Social, a instituição de uma nova cultura que tenha a capacidade de conferir dimensão pública às práticas desenvolvidas no campo da Assistência Social.

Ela parte da idéia de que a constituição da esfera pública faz parte do processo de democratização da vida social, através do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, inscrevendo os interesses das maiorias nos processos de decisão política. Busca-se com a publicização no âmbito da sociedade política e da sociedade civil, a criação de uma nova ordem democrática valorizadora da universalização dos direitos da cidadania. A publicização das práticas sociais envolve a representação de interesses coletivos na cena pública, sendo um movimento direcionado pela correlação de forças políticas, estabelecidas entre os atores sociais e que permite tornar visíveis os conflitos e viabilizar consensos.

Para Arendt e Telles (apud RAICHELIS, 1998, p. 78), que retomam a representação do espaço público grego, a idéia de esfera pública remete a um espaço de aparecimento e visibilidade, ou seja, “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos” e é essa

visibilidade que constrói a realidade, que forja um *mundo comum*, construído pelo discurso e pela ação dos sujeitos sociais.

Conceber a Assistência Social como política pública não implica diluir a responsabilidade estatal pela sua condução; ao contrário, isso remete à ativa intervenção do Estado para garantir sua efetivação dentro dos parâmetros legais que a definem. Ao mesmo tempo, não se trata de restringir o universo da Assistência Social a uma intervenção exclusiva dos governos, mas de ampliar a esfera estatal por meio da incorporação da sociedade civil na formulação, implementação e gestão da política, submetendo-a à presença de formas socializadas de controle público.

Em nossa sociedade, há uma forte resistência em aceitar a cidadania como capacidade que está associada à todos os cidadãos e que os direitos são para usufruto de todos, reflexo de um Estado de mínimas responsabilidades sociais e públicas.

A LOAS em seu artigo 1º, assegura os mínimos sociais como direito dos cidadãos que devem ter atendidas as suas necessidades básicas. A Assistência Social, definida como política de seguridade social, não-contributiva, é a responsável por essa provisão, que deverá realizar-se por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade

Para discutir a adoção dos mínimos sociais, se faz necessária a escolha de parâmetros socialmente aceitáveis, referentes não apenas à sobrevivência dos indivíduos, mas ao conjunto de condições fundamentais ao seu pleno desenvolvimento, pois esta discussão precisa estar fundamentada em princípios éticos, presentes em uma sociedade.

No caso do Brasil, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, sob a lógica da globalização da economia, resulta numa crescente exclusão social que se contrapõe ao processo da conquista de direitos garantidos aos excluídos, pela Constituição Federal e

regulamentados na LOAS. Desta maneira, é com urgência que os mínimos sociais devem ser postos à disposição da população que deles necessita. No entanto, a mesma lei que os garante define a assistência social como responsável por tal provimento, também define que esta será realizada através de um conjunto integrado de ações governamentais e de iniciativa da sociedade. Essa mútua responsabilidade entre Estado e sociedade, prevista em lei, exigiu a criação dos conselhos de Assistência Social de composição paritária e caráter deliberativo, através dos quais a sociedade, atuante na prestação dos serviços sociais, é convidada a participar da formulação e controle das políticas sociais.

Então, a garantia dos mínimos sociais não depende única e exclusivamente da Assistência Social, mas esta responde pelo desafio de promover a articulação das demais políticas para possibilitar este processo. Entretanto, tem-se total consciência de que essas políticas setoriais resultam do jogo de forças e interesses, tornando frágil a tentativa de mobilização para acelerar o processo de garantia dos mínimos, que são definidos a partir de políticas governamentais, para as quais a disponibilidade orçamentária não é um detalhe, e sim, uma condição.

Segundo Aldaíza Sposati (1997, p. 10 e 11), propor mínimos sociais é estabelecer o patamar de cobertura e riscos de garantias que uma sociedade quer garantir a todos os seus cidadãos. É preciso definir um “padrão societário de civilidade” que é universal e incompatível com a seletividade e o focalismo. No Brasil, um país de “Estado mínimo histórico”, as políticas sociais são transformadas em ações com caráter emergencial, dirigidas aos que menos têm. A cultura ético-política não é extensiva quanto à cidadania, sendo difícil a construção de uma nova cultura, de compromisso nacional com a cidadania, fundamental para a implantação e implementação dos mínimos sociais.

A mesma autora (SPOSATI, 1997, p. 31-33) propõe a constituição dos mínimos sociais como um padrão básico de inclusão, sendo necessárias para essa inserção, as dimensões de autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade. Parte-se da idéia de dignidade da cidadania, buscando detectar o que são piores e melhores condições de vida e distinguindo as situações de inclusão e exclusão social. A insistência de Sposati em tratar de um padrão de vida básico e não somente mencionar os mínimos sociais, se dá pela sua interpretação ampla e cidadã de mínimos sociais que vem de encontro à outra interpretação fundada na pobreza, que se caracteriza como restrita e minimalista. Sendo assim, aponta cinco patamares de padrão de vida, para propor mínimos sociais, que são: sobrevivência biológica; condição de poder trabalhar; qualidade de vida; desenvolvimento humano e necessidades humanas. Para isto é preciso romper com as condições existentes e construir uma nova referência na institucionalização de cidadania.

“Estabelecer o padrão básico de vida implica definir quais necessidades são consideradas básicas e universais. Trata-se de definir uma ordem de valores dentro de uma ética de vida coletiva. Implica considerar a satisfação de necessidades num sentido amplo, material e imaterial. (...) Não se pode considerar, na condição de mínimo social, uma condição que é ainda de exclusão”. (SPOSATI, 1997, p. 24,25 e 30).

Passados mais de dez anos da incorporação da Assistência Social na Constituição Federal e de quase dez anos da instituição da LOAS, ainda não foi regulamentado nem interpretado, quais são as necessidades humanas básicas a serem satisfeitas com a provisão dos mínimos sociais, o que torna clara a importância de se criar novas formas de enfrentamento político-social, exigidas pelas nossas necessidades humanas, para que estas possam ser implementadas nos mínimos sociais de que trata a LOAS.

A Assistência Social, que tem como papel principal a construção da inclusão social, devido à realidade acima apresentada, não tem avançado nesse processo, situação que reflete de forma direta na indefinição de padrões mínimos de atendimento. As ações da Assistência Social, de iniciativa do governo federal, mostram-se timidas, considerando a dimensão da população que delas necessitam. Tais ações estão dispostas na LOAS, sob a forma de:

Benefícios de Prestação Continuada (BPC) – consiste na garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso a partir de 67 anos, mas que tem como condição a comprovação dos beneficiários de não possuir meios de prover sua própria manutenção e nem ser mantido por sua família e estabelece que a renda *per capita* familiar deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo.

Benefício eventuais – visam basicamente ao pagamento de auxílios por natalidade ou morte às famílias que possuem renda mensal *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, podendo esses auxílios, serem estendidos a outros tipos de benefícios para atender necessidades oriundas de situações de vulnerabilidade temporária. (art. 22 da LOAS)

Serviços Assistenciais – são as atividades continuadas que objetivam a melhoria de vida da população, priorizando a atenção à infância, adolescência, pessoas portadoras de deficiência e idosos. (art.23 da LOAS)

Programas de Assistência Social - compreendem ações integradas e complementares que visam a qualificação, o incentivo e a melhoria dos benefícios e serviços assistenciais, priorizando a inserção profissional e social do público atendido. (art. 24 da LOAS)

Projetos de enfrentamento da pobreza – constituem-se no investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social. (art. 25 da LOAS)

Essas ações, no entanto, apontam para a perspectiva do atendimento emergencial e focalizado, tendo como referência a pobreza absoluta, ou seja, utilizam como parâmetro, uma linha de pobreza bastante severa que traduz-se em $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita* para o recebimento dos benefícios da LOAS. É nessa linha de pobreza que está situada uma significativa parcela da população, que encontra-se excluída da garantia de atendimento às necessidades mínimas de sobrevivência, estando ainda mais distante da garantia das necessidades sociais básicas. (STEIN, 1999, p. 39)

Yazbek (apud STEIN, 1999, p. 35) afirma que “nós pouco conhecemos as necessidades, as expectativas, as condições concretas de vida daqueles que precisam da Assistência Social”. Para obter sucesso na construção da inclusão social, é preciso que se conheça a população usuária dos serviços da Assistência Social, sujeitos desse processo.

No âmbito econômico também encontramos alguns obstáculos à efetivação da LOAS, como: a irregular implantação do financiamento da Seguridade Social previsto na CF/88; o desvio de verbas para pagamento das dívidas externa e interna; o incentivo à entrada de capital estrangeiro; a política do mercado como novo mecanismo de controle da sociedade e a própria crise estrutural do sistema econômico, em razão do ajuste fiscal e da reorganização produtiva e financeira.

Em relação ao controle social da Assistência Social, dada a fragilidade da apreensão dessa política como direito, deparamos com dificuldades de negociações e pactos,

enfrentando a resistência do governo no que diz respeito à implantação de espaços de controle social, o que torna inviável o bom funcionamento dos Conselhos de Assistência Social e a realização de Conferências de Assistência Social, prevista na LOAS. Mantem-se a relação de subalternidade dominante, existente em nosso país, devido à dificuldade na organização de interesses coletivos..

Por fim, as questões sociais que norteiam essa caminhada, em busca da garantia dos direitos sociais, são identificadas através da falta de participação popular na elaboração de políticas sociais, a desigualdade social produzida pela concentração de riqueza e renda, a exclusão social agravada pelo processo de globalização, o aumento do desemprego, da fome, enfim, da miséria humana. Essas questões são parte do conjunto de realidades que compõem a sociedade brasileira, responsáveis pela tamanha dificuldade encontrada, para se garantir plenamente os nossos direitos sociais, através da política de Assistência Social que se mostra fragilizada.

Diante disto, faz-se necessário o fortalecimento e divulgação dos espaços de participação popular, entre eles, os Conselhos de Assistência Social que são o canal de participação legalmente constituídos para o exercício da gestão democrática da política de assistência social. Sobre esse tema, dissertaremos a seguir.

1.2 - Os Conselhos Municipais de Assistência Social

Os Conselhos Municipais de Assistência Social apresentam-se como espaços privilegiados para o exercício do controle social da política de Assistência Social. Do ponto de vista legal, possibilitam o estabelecimento de novos fóruns de participação e novas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil. A Constituição exige que estes tenham a representação de organismos governamentais e de entidades da sociedade civil, devendo estar organizados nas três esferas da federação (União, Estados e Municípios).

Os Conselhos devem ser: deliberativos – possuir força e poder decisórios na formulação e controle das políticas públicas e; paritários – constituídos de igual forma, ou seja, com o mesmo número de representantes do Governo e da sociedade civil, sendo que as articulações entre estas instâncias são de fundamental importância para o enfrentamento das demandas oriundas da própria sociedade, mais especificamente da parcela da população que está inserida no processo de exclusão social.

De acordo com Stein (2000, p. 81), para que os Conselhos sejam efetivamente paritários é preciso que estes possuam: acesso às informações e oportunidades de formação no sentido de construir a competência dos atores envolvidos; acesso aos recursos que possibilitem a construção do sentido e da possibilidade de serem sujeitos da própria ação; disponibilidades financeiras e de tempo e consciência de ambas as partes, governo e sociedade, de seus direitos e deveres para que possa ser construída uma relação autêntica de parceria.

Para que os Conselhos sejam efetivamente órgãos representativos, Stein (Idem) coloca como necessidades: maior vontade política, por parte dos Governos, na nomeação

de representantes governamentais, tendo em vista que geralmente o fazem com aqueles que não têm poder de decisão nas instituições a que pertencem; maior relação entre representantes e representados, no âmbito da sociedade civil, sendo de suma importância que a participação nos conselhos seja acompanhada da organização da população em fóruns de discussão que dêem sustentação às posições dos representantes da sociedade civil e considerar os conselhos como espaço de poder onde existe o reconhecimento do outro como sujeito sendo respeitadas e valorizadas as particularidades existentes. Para Stein, a partir do momento em que se verifique o respeito à essas condições, acima elencadas, e que diferentes segmentos da sociedade em conjunto com o Estado, envolvam-se na luta pelos direitos sociais, os conselhos passam a se caracterizar como espaços públicos legítimos.

Sendo os Conselhos definidos legalmente como “instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social...” (artigo 16º da LOAS), temos que estar atentos à questão da participação, pois é esta que nos possibilita construir uma cultura política, capaz de dar visibilidade aos grupos sociais, quanto ao exercício decisório e ao usufruto dos bens socialmente produzidos. Para que os Conselhos se caracterizem como propiciadores dessa participação, é preciso que estes instituam um pacto entre diferentes atores sociais, ou seja, necessitam do estabelecimento de parcerias, onde haja disponibilidade da sociedade civil e dos representantes governamentais no enfrentamento das demandas urgentes.

É preciso que o poder público forneça aos conselhos, instrumentos necessários para propiciar sua autonomia através de uma organização político-administrativa adequada às suas necessidades de funcionamento, bem como os meios para capacitar os conselheiros e os técnicos do conselho.

No entanto, os Conselhos devem conter-se à deliberação sobre as políticas que estão no âmbito de suas prerrogativas, afim de não se limitarem a ações setoriais, mas de articularem políticas sociais em favor da construção de estratégias de combate à pobreza e de construção de cidadania.

Stein (apud FERREIRA, p. 72) afirma que, a reestruturação da área assistencial, tal como proposta pela Constituição de 1998 e reforçada na LOAS, baseada na construção do sistema descentralizado e participativo, não vem sendo respeitada em suas dimensões (...) Em relação à descentralização entre esferas governamentais, insiste-se na prática da desconcentração, caracterizada pela transferência de recursos e responsabilidade sem correspondente transferência de poder na tomada de decisões. Já a descentralização referente à relação entre Estado e sociedade civil pode ser percebida através do crescente movimento de transferência, sob a nomeação de co-responsabilidade, das ações governamentais para as entidades assistenciais não-governamentais. Por fim, no que diz respeito aos mecanismos de participação da população na formulação e controle da política assistencial quase 90% dos municípios brasileiros já possuem conselhos criados e em funcionamento. (FERREIRA, 1999, p. 72)

No site do Ministério da Assistência e Promoção Social, encontramos o seguinte texto², que fala à respeito do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social assim como, da estruturação dos Conselhos de Assistência Social:

O Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social é um conjunto orgânico de ações de assistência social de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em seus respectivos níveis, de maneira complementar e cooperativa. Essas ações são articuladas entre si por meio das Comissões Intergestoras e contam com a participação

² Este texto está sendo apresentado na íntegra e de maneira fiel ao que consta no site do Ministério da Assistência e Promoção Social. Maiores detalhes sobre o sistema descentralizado e participativo, podem ser encontrados na Segunda edição do Manual do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social da Secretaria de Estado de Assistência Social, de julho de 2002. O site é www.assistencia.gov.br

da sociedade civil, por intermédio dos Conselhos de Assistência Social. O Sistema organizado é expresso pela rede prestadora de serviços assistenciais, voltada para as necessidades do conjunto da população.

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, promulgada em 1993, estabelece o Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social constituído pelas entidades e organizações de assistência social e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área.

As ações de assistência social organizadas nas três esferas de governo realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos benefícios, serviços, programas e projetos, em suas respectivas esferas e dimensões aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Continua o mesmo documento:

O Conselho de Assistência Social é um órgão ou instância colegiada de caráter permanente e deliberativo. Integra a estrutura básica da secretaria ou órgão equivalente de assistência social. Tem sua composição, organização e competência fixadas em lei. Consubstancia a participação da sociedade na administração e controle do sistema de assistência social.

O Conselho deve ser estruturado da seguinte forma: deve contar com um plenário, integrado por todos os conselheiros, e com uma Secretaria Executiva. A Secretaria deve ter suas atribuições definidas no regimento ou delegadas pelo plenário e, entre outras responsabilidades, deve acompanhar a execução das deliberações do Conselho e servir de apoio administrativo as suas atividades.

A iniciativa legislativa para criação do Conselho é exclusiva do Prefeito Municipal, já que disporá sobre a criação, estruturação e atribuições de órgãos da administração pública municipal.

A data para a instalação do Conselho deve ser marcada pelo Secretário Municipal da Assistência Social (ou dirigente do órgão equivalente), após a designação dos conselheiros feita pelas diversas representações, com a maior brevidade possível.

O documento revela ainda que:

A Constituição do Conselho de Assistência Social deve ter como premissas: a paridade do número de representantes dos usuários, prestadores de serviços e profissionais da área com o número de representantes dos segmentos do governo;

os representantes devem ter plenas condições para serem os legítimos defensores dos segmentos que representam.

O Regimento Interno do Conselho deve ser elaborado pelo próprio conselho. A prática tem ensinado que quanto antes se der a sua elaboração melhores serão os resultados, uma vez que para muitas questões surgidas no dia-a-dia, o regimento é o melhor instrumento para se encontrar as soluções.

O Regimento, como todo ato administrativo, não pode exceder os limites da lei. Deve contemplar os mecanismos que garantem pleno funcionamento do conselho. Sua publicação deve observar a regra adotada para a publicação dos demais atos normativos do Executivo Municipal. (MAPS – site)

A Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, estabelece em seu artigo 9º que: “*O funcionamento das entidades e organizações de Assistência Social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal*”, conforme o caso.

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, apresenta algumas recomendações³ aos Conselhos Municipais de Assistência Social, quanto à inscrição das entidades nos mesmos.

Os Conselhos Municipais de Assistência Social devem estabelecer sua própria rotina para a inscrição das entidades de Assistência Social. Cada município tem um tipo de realidade que engloba um conjunto de diferenças que vão desde a estrutura física e técnica do próprio Conselho, até a complexidade do universo regional que apresenta configurações distintas da organização de um documento que aborde questões específicas de ordem local. O CNAS, considerando esta realidade e em vista do fortalecimento do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, apresenta recomendações de natureza mais abrangentes e respaldadas na Política Nacional de Assistência Social e em legislações específicas da área.

Os Conselhos Municipais, em parceria com o Conselho Estadual, Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, devem estabelecer entre si o máximo de trocas de

³ Estas recomendações foram feitas pelo antigo Ministério da Previdência e Assistência Social, hoje, Ministério da Assistência e Proteção Social, e pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e aprovadas em reunião ordinária realizada no dia 21 de novembro de 2000, em Brasília, e foram encontradas no site do Programa Ação Continuada, do Governo Federal. o site é www.acaocontinuada.org.br

experiências, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos e a otimização de recursos humanos e financeiros disponíveis em cada município.

Os Conselhos Municipais de Assistência Social ao estabelecerem os critérios para proceder a inscrição das entidades e organizações de Assistência Social devem ter como referência básica os seguintes destaques:

1 - Quanto aos destinatários:

§ Art. 203 da Constituição Federal.

§ Art. 2º da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

§ Política Nacional de Assistência Social.

2 - Quanto aos serviços prestados pelas entidades:

§ Estes devem ser de qualidade, ter caráter permanente e ser prestados incondicionalmente, objetivando a inclusão, promoção, prevenção e proteção.

3 - Quanto à documentação a ser apresentada:

- exemplar do estatuto registrado em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, onde conste como exigências estatutárias que a entidade:

- seja pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente;
- aplica suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- não distribui resultados, dividendos bonificações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma;
- não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes remuneração, vantagens ou benefícios direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

- em caso de dissolução ou extinção, destina o eventual patrimônio remanescente a entidade congênere registrada no CNAS ou entidade pública;
- requerimento (formulário), fornecido pelo CMAS, devidamente preenchido;
- cópia da ata de eleição dos membros da atual diretoria devidamente registrada em cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- relatório de atividades e demonstrativo de resultado do último exercício;
- cópia do documento de inscrição no CNPJ (antigo CGC) cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, atualizado;
- plano de trabalho para o exercício em curso com demonstrativo dos serviços prestados, público alvo, ações desenvolvidas, número de beneficiados, número de atendimentos e metas propostas;
- atestado de funcionamento, assinado pelo Presidente da Entidade.

4 - Quanto às fundações:

As fundações deverão apresentar cópia dos contratos, atos constitutivos, estatuto ou compromissos inscritos junto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o disposto no artigo 16 do Código Civil e devidamente aprovados pelo Ministério Público;

No caso de dissolução, o eventual patrimônio da Fundação, seja destinado, de acordo com o art. 30 do Código Civil, ao patrimônio de outras fundações que se proponham a fins iguais ou semelhantes.

Quanto à documentação complementar, observa-se as elencadas para as demais Entidades.

5 - Quanto às Entidades de Educação e Saúde:

- Os Decretos 2.536/98 e 3.504/2.000 possibilitam que as Entidades de educação e as de saúde, possam pleitear o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) no CNAS.

- A Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS estabelece como pré-requisito para a concessão do CEBAS, a prévia inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social. Assim sendo, o Conselho Municipal de Assistência Social, o Conselho Estadual de Assistência Social e o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, devem inscrever as entidades de educação e saúde, para não privar o usuário da assistência social dos seus direitos. (Parágrafo Único, art. 2º da Lei n.º 8.742/93 - LOAS)

- Recomenda-se que o Conselho Municipal de Assistência Social, o Conselho Estadual de Assistência Social e o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal não impeçam as inscrições das entidades de Educação e de Saúde.

- Compete apenas ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS verificar o critério da aplicação de 20% da receita bruta em gratuidade (nos casos das entidades de assistência social e educação) ou os 60% de atendimentos destinados ao SUS (no caso das entidades de saúde), pois este critério é observado por requisitos legais para o exame e deliberação dos pedidos de concessão ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

- As entidades mantenedoras deverão fazer a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, no município onde estiver localizada sua sede. (Inciso II do Art. 3º do Decreto 2.536/98).

- A entidade mantenedora cuja sede funcione apenas como escritório administrativo, sem assumir funções precípua da área de Assistência Social, deverá se inscrever no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, onde desenvolve suas atividades.

- Quando não houver Conselho Municipal de Assistência Social, as entidades deverão dirigir-se ao Conselho Estadual de Assistência Social para se inscrever.

- A Entidade com atuação em mais de um município no mesmo Estado, ou em mais de um Estado ou Distrito Federal, fará sua inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de sua sede e no Conselho Estadual apresentando a relação de suas filiais. O mesmo se observa em relação ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, se for o caso.

- Havendo indeferimento ou cancelamento da inscrição as entidades e organizações de Assistência Social podem, para defesa de seus direitos, recorrer inicialmente ao próprio Conselho Municipal de Assistência Social e, mantido o indeferimento, ao Conselho Estadual ou ao Conselho Nacional de Assistência Social.

- O pedido de recurso deverá ser entregue na unidade de competência no prazo de 30 dias da formalização do recebimento da decisão final.

- Os Conselhos municipais devem utilizar a denominação inscrição, conforme determina o Art. 9º da LOAS, evitando confusões com outras denominações como: Registro, Certificado.

A implantação dos Conselhos Municipais de Assistência Social faz parte de um movimento que ao mesmo tempo em que mobiliza o campo da Assistência Social, estimula o debate político ante as potencialidades dos conselhos e o papel por eles desempenhados na consolidação de mecanismos publicizadores. Para que este processo seja efetivado na Assistência Social, Raichelis (1998, p. 83) pontua como necessários alguns elementos

constitutivos da esfera pública: visibilidade, controle social, representação de interesses coletivos, democratização e cultura pública.

No item que segue, situaremos o CMAS – Fpolis e sua Comissão de Registro, espaços a partir dos quais foi possível identificarmos o perfil das Entidades e Organizações Não-Governamentais de Assistência Social do Município.

1.3 - O Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis e a Comissão de Registro

O Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis - CMAS (localizado no Bairro Agrônômica, à rua Rui Barbosa nº 125, cujo telefone é (48) 216 5211, foi criado pela Lei nº 4.958/96, em 16 de julho de 1996, juntamente com o Fundo Municipal de Assistência Social. O art. 4º desta lei define que o CMAS, é um órgão superior de deliberação colegiada, do sistema de Assistência Social do município, de caráter permanente, descentralizado e participativo, sendo responsável por: definir as prioridades e as diretrizes da Política de Assistência Social de Florianópolis, bem como aprová-la; apreciar e aprovar o Plano Municipal de Assistência Social; definir critérios para celebração de convênios e contratos entre município e as Entidades ou Organizações de Assistência Social; acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de Assistência Social públicos e privados em âmbitos municipais; orientar e controlar a administração e o funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS; apreciar e aprovar a proposta orçamentária para a Assistência Social do município.

Apresenta também, como competências: acompanhar e avaliar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais do desempenho dos programas e projetos aprovados; apreciar e aprovar quaisquer projetos de combate à fome e à pobreza no âmbito do município, normatizar a inscrição das Entidades ou Organizações de Assistência Social para fins de funcionamento e registro junto ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS; convocar ordinariamente a cada 02 anos ou extraordinariamente por maioria absoluta de seus membros a Conferência Municipal de Assistência Social; divulgar no Diário Oficial do

Estado todas as suas decisões, os respectivos pareceres, bem como a aprovação das contas do FMAS; propor ao CNAS o cancelamento do registro de Entidades ou Organizações de Assistência Social que incorrerem em irregularidades na aplicação de recursos públicos e difundir o caráter público das Assembléias do CMAS, garantindo a participação da sociedade civil, através da divulgação do calendário das sessões das Assembléias. (art. 5º da Lei 4.958/96)

O CMAS é composto por 2 secretárias executivas e 14 membros Conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, sendo que destes 14 membros, 07 são representantes governamentais, indicados pelo Prefeito do Município e 07 são representantes da Sociedade Civil, escolhidos pela mesma, através de um processo eletivo sob responsabilidade do Fórum Municipal de Assistência Social, que em Florianópolis encontra-se em rearticulação.

O mandato dos Conselheiros, que não recebem remuneração, apenas as secretárias executivas, é de 02 anos, sendo permitida uma recondução por igual período. O atual presidente do CMAS é o Sr. Gilson Rogério Moraes, representante da entidade da sociedade civil Casa da Criança – Morro da Penitenciária.

A representação do CMAS é a seguinte:

Entidades da Sociedade Civil

- 01 representante da Ação Social Paroquial da Trindade;
- 01 representante da PROMENOR;
- 01 representante da Associação Comunitária Jardim Santa Mônica - ACOJAR;
- 01 representante da Escola Sindical Sul – Crache Canto da Ilha;
- 01 representante da Creche São Francisco de Assis;
- 01 representante da Casa da Criança – Morro da Penitenciária;

- 01 representante do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS.

Entidades Governamentais

- 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- 01 representante da Secretaria Municipal de Educação;
- 04 representantes da Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, sendo 01 representante da Habitação, 01 do Trabalho e 02 da Assistência Social;
- 01 representante da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.

RELAÇÃO DAS ENTIDADES REPRESENTADAS PELOS CONSELHEIROS DO CMAS

ENTIDADE GOVERNAMENTAL
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social Assistência
SHTDS – Trabalho
SHTDS – Habitação
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria de Est. do Des. Social e da Família

ENTIDADE NÃO-GOVERNAMENTAL
Associação Comunitária Jardim Santa Mônica – ACOJAR
Conselho Regional de Serv. Soc. – CRESS
Escola Sindical Sul – Creche Canto da Ilha
PROMENOR
Ação Social Paroquial da Trindade
Creche São Francisco de Assis
Casa da Criança – Morro da Penitenciária
ENTIDADE SUPLENTE NÃO-GOVERNAMENTAL
Associação dos Amigos do Centro Comunitário Chico Mendes
Sociedade Espírita de Recuperação Trabalho e Educação – SERTE
Associação dos Pais e Amigos do Excepcional – APAE
Sociedade Divina Providência
Instituto Arco-Íris

A estrutura de trabalho do CMAS – Fpolis, constitui-se pela Secretaria Executiva, pelas Plenárias, pela Mesa Diretora e pelas Comissões de Trabalho.

A participação da sociedade civil, hoje, com exceção das entidades ali representadas, nas reuniões Plenárias do CMAS, é muito pequena. Para a mudança deste quadro, o CMAS, conta com a rearticulação do Fórum Municipal, que teve início no ano de 2002, e que tem por objetivo maior, mobilizar a sociedade civil a inserir-se nesses espaços de discussão da Política de Assistência Social.

O trabalho realizado pela Comissão de Registro⁴, criada em 1997 durante a sétima plenária do CMAS, se resume às seguintes atribuições e responsabilidades: estudo e definição de entidades de assistência e caráter de gratuidade; acompanhamento e fiscalização das entidades; realização de visitas e concessão de pareceres; análise de Leis, Decretos e Resoluções referentes ao Registro de Entidades; revisão de Registros Provisórios; revisão da Ficha de Inscrição⁵; e constante avaliação da resolução (Resolução nº 24), que trata do Registro das Entidades.

A Resolução nº 24⁶, estabelece critérios e procedimentos para a inscrição de Entidades de Assistência Social do Município de Florianópolis. Esta resolução subsidia, todas as reuniões da Comissão, para definição da concessão de Registro Permanente (duração de 3 anos) ou Registro Provisório (duração de 6 meses), podendo ainda não conceder nenhum tipo de Registro, se a entidade não se encontrar enquadrada nos critérios estabelecidos na Resolução.

⁴ O CMAS-Fpolis dispõe de mais duas Comissões de Trabalho, a Comissão de Política Pública e a Comissão de Finanças. Está em processo de formulação a Resolução referente à criação das respectivas Comissões.

⁵ A Ficha de Inscrição das Entidades utilizada no processo de registro da entidade junto ao CMAS - Fpolis, está à disposição no Anexo I.

⁶ A Resolução nº24 encontra-se na íntegra, no Anexo II

Os procedimentos para a obtenção do registro são os seguintes: a entidade procura o CMAS, onde recebe uma ficha de inscrição. Após o preenchimento desta ficha e a apresentação dos documentos solicitados, a Comissão de Registro, que é composta pelos Conselheiros do CMAS, irá analisar a documentação oriunda da visita à entidade, realizada por um(a) assistente social para uma avaliação, os conselheiros também realizam as visitas desde que estejam acompanhados de um(a) assistente social. Feita a avaliação, esta será discutida pela Comissão que emitirá um parecer final que será levado para a reunião do CMAS com as demais Comissões, onde será votado, em plenária, a concessão ou não do registro temporário ou permanente. Dependendo da finalidade da entidade, se houver dúvidas ou incertezas, o Conselho solicita aos Conselhos afins, ao CEAS (Conselho Estadual de Assistência Social) ou até ao CNAS, um parecer parcial que os subsidiará em seu parecer final.

Cabe ressaltar que a atenção conferida, neste trabalho, à Comissão de Registro se faz pertinente por ser esta a responsável pelo registro das Entidades de Assistência Social, junto ao CMAS – Fpolis. Foi a partir dos documentos existentes e acompanhados pelo trabalho desta comissão que identificamos o perfil das Entidades cujo resultado será apresentado no Capítulo II deste trabalho.

Capítulo II - O perfil das Entidades e Organizações de Assistência Social cadastradas no CMAS – Fpolis

2.1 – As Entidades e Organizações de Assistência Social

Conforme o artigo 3º da LOAS:

“Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos”.

Faleiros (1997. p. 4), em seu trabalho de consultoria⁷ ao CNAS, fala que a caracterização e definição do que venha ser entidade de Assistência Social é uma tarefa bastante difícil, visto que o próprio conceito de assistência social, mostra-se carregado de diversas e diferentes interpretações que se opoem, a distribuição de favores de um lado e de outro o exercício de direitos, ganhando significados como: bondade, piedade, caridade, filantropia, ação voluntária e atualmente, cidadania. No entanto, a assistência pode ser encarada como garantia do direito à vida em sociedade e na sociedade em que se vive, para todos que dela necessitem.

O mesmo autor, coloca que as entidades de assistência social, fazem parte da sociedade organizada. “São uma forma de organização social, com profundas raízes econômicas, culturais, religiosas e políticas, ancoradas na história de cada povo...”. (FALEIROS, 1997. p. 6)

⁷ Neste trabalho, Faleiros tem por objetivo, subsidiar o CNAS na regulamentação dos artigos 3º e 9º da LOAS, tendo em vista, entre outras demandas, a necessidade de conceituar e regulamentar o que vem a ser “entidade de assistência social”.

Em seu artigo 2º, a LOAS traz que a Assistência Social tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Parágrafo único. A Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Estes objetivos contemplam uma população que não tem condições de se manter por si própria, necessitando de proteção, amparo e capacitação para que usufruam de boa qualidade de vida, autonomia e acesso às políticas sociais. Segundo Faleiros, “o fim público implica considerar ao mesmo tempo a população-alvo e a forma como esta população se inscreve nas relações de exploração/exclusão no contexto social”. Diz também, que a violação dos direitos constantes na LOAS e a preservação dos mesmos, são uma questão pública.

Sendo assim, a entidade que promove a defesa destes direitos, está cumprindo um fim público, caracterizando-se como entidade de Assistência Social, pois faz-se necessário

o reconhecimento do direito para que seja possível a sobrevivência social. (FALEIROS, 1997, p. 15)

No artigo 4º da LOAS, estão estabelecidos alguns princípios da assistência pública válidos para todas as entidades que são de interesse público. São eles:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

De acordo com o art. 6º da LOAS, as entidades e organizações de Assistência Social, fazem parte de um sistema descentralizado e participativo dessa política, ou seja, segundo Faleiros (1997, p. 25), compor este sistema significa estar integrado numa articulação pública de assistência, numa política que envolve os diferentes níveis de decisão. O art. 7º da LOAS assinala que “as ações de assistência social, no âmbito das

entidades e organizações de assistência social, observarão as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS”.

O art. 8º diz que a União, os Estados e os Municípios, encontram-se obrigados a fixar suas respectivas políticas de assistência social baseados nos princípios e diretrizes constantes na LOAS. Diante destas determinações, fica nítido o caráter de política pública assumido pela Assistência Social, e as entidades, sejam elas governamentais ou não, devem atender às normas referentes à esta política, com a participação da própria sociedade e das entidades.

A respeito da relação entre poder público e entidades assistenciais, em nosso país (antes da criação da LOAS), esta foi marcada pelo princípio do dever moral, orientada pela lógica da filantropia e da benemerência. Por ainda não se caracterizar como direito social, as ações assistenciais praticadas pelas entidades não-governamentais, realizavam-se sem controle e fiscalização (o que o reconhecimento legal da assistência como direito, não proporcionaria de imediato) para que pudessem ser identificadas claramente suas funções, os benefícios e beneficiários, o orçamento e seus critérios de aplicação e distribuição, bem como sua forma de gestão. (FERREIRA, 2001, P. 133)

Ivanete Boschetti Ferreira (apud FERREIRA, 2001, p. 134) ao refletir sobre essa relação Estado/Entidades Assistenciais, considera que a caracterização da Assistência Social como direito, possibilita a reversão da lógica do favor para a lógica do direito.

No entanto, sendo a Assistência Social praticada no Brasil, em sua maioria, por instituições caritativas e filantrópicas, a lei⁸, de fato, “estabelece que deve haver uma ‘colaboração vigiada’ entre os poderes públicos e o mundo da filantropia”.

O CNAS era responsável por regular todas as ações públicas e privadas na área da Assistência Social. Suas competências, no entanto, foram reduzidas, e este deixou de criar normas para a concessão de registro e passou a estabelecer apenas os procedimentos para sua concessão, ou seja, “a competência deixa de ser a definição de conteúdo e se restringe à definição de procedimentos” (...) Na verdade, “a elaboração das normas definidoras das ações, de quem e de como elas deveriam ser implementadas, teria de preceder à definição das regras e procedimentos de concessão do certificado ou registro”. (FERREIRA, 2001, p. 135 e 137).

A mesma medida provisória (nº 2.129-6 de 23 de fevereiro de 2001) que altera as funções do CNAS, reconhece que entidades que desenvolvem ações assistenciais com recurso público não são entidades filantrópicas, mas entidades beneficentes de Assistência Social. Esta foi uma mudança positiva na LOAS, pois se avança no processo de definição do que são entidades de Assistência Social. E ao se definir que entidades beneficentes de Assistência Social são tanto as que prestam Assistência Social específica à crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência e família, quanto as que atendem e

⁸ O marco legal das Entidades de Assistência Social é a Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991 que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui seu Plano de Custeio, sendo regulamentada pelo Decreto nº 752 de 16 de fevereiro de 1993 que trata da concessão do CEBAS (Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social). No entanto, há outras legislações que também regulam o funcionamento de Organizações Não-Governamentais como: a Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998, conhecida como lei da privatização ou, ainda, lei de Bresser (Luiz Carlos Bresser Pereira, então ministro da Administração e Reforma do Estado) que trata da “qualificação das entidades como organizações sociais”; a Lei nº 9.732 de 11 de dezembro de 1998 conhecida como a nova “lei da filantropia”, que altera requisitos para fins de isenção da contribuição à Seguridade Social dirigida às entidades, até então, chamadas de entidades filantrópicas e a Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999 que dispõe sobre a qualificação das ONGs como “organizações da sociedade civil de interesse público” (OSCIP). (GOMES, 1999, p. 91-95)

assessoram os beneficiários da LOAS, promovem a inserção no mercado de trabalho e prestam serviços gratuitos na área da educação e saúde. Assume-se então, uma concepção ampla de Assistência Social, reconhecendo que esta encontra-se estreitamente ligada às demais políticas sociais públicas.

Por outro lado, ocorre uma distorção do conceito de Assistência Social beneficente, como apresenta Ana Lígia Gomes (1999, p. 95), para contemplar entidades de outros setores com as isenções fiscais, como as de saúde e educação. Faz-se necessário, portanto, estar atento à possibilidade de que, entidades privadas com fins lucrativos na área de educação e saúde desenvolvam supostas ações assistenciais, a fim de obter tais isenções.

São essas entidades beneficentes de Assistência Social abrangidas nesta discussão, que estaremos analisando a seguir, limitando-nos às Entidades Não-Governamentais que encontram-se cadastradas no CMAS – Fpolis.

2.2 – Análise das características das Entidades Não-Governamentais registradas no CMAS – Fpolis

Neste item final do trabalho, tem-se por objetivo traçar o perfil das entidades não-governamentais, afim de poder conhecer a rede de atendimento da Assistência Social existente em Florianópolis, verificando se existe coerência (no que diz respeito ao caráter de assistência social das entidades), entre suas finalidades e os princípios previstos na LOAS.

Antes de fazer a análise das características das entidades, faz-se interessante conhecer cada uma das entidades não-governamentais registradas no CMAS - Fpolis⁹, assim como verificar brevemente, como se configuram as entidades não-governamentais em nosso país.

As Entidades e Organizações de Assistência Social reguladas pela Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, são genericamente nomeadas como Organizações Não-Governamentais – ONG, por se distinguirem do Estado e do mercado.

Organização Não-Governamental é, em termos gerais, qualquer organização que não seja mantida pelo Governo. A princípio pode ser um hospital, uma escola, um hotel, um posto de gasolina, ou seja, qualquer tipo de instituição que não seja do Governo. Todavia, esta definição é utilizada para instituições que não visam lucro e que tenham objetivos sociais.

⁹ A relação das Entidades de Assistência Social analisadas neste trabalho, situa-se no Anexo III. Esta relação é fruto de um trabalho inicializado durante o Estágio Curricular, em parceria com a estagiária, hoje, assistente social, Milena Fucks. Ela se resume em um levantamento de alguns dados de cada uma das entidades pesquisadas. Para tal, foi utilizado o material disposto pelo CMAS – Fpolis, encontrado no arquivo de registro das entidades. De 2002 até hoje, novas entidades obtiveram registro junto ao CMAS, sendo necessária uma atualização da relação formulada no período já citado.

As ONGs nasceram no Brasil a partir dos movimentos sociais e da necessidade da luta pela democracia. Com o passar dos anos, elas foram crescendo e se fortalecendo. Hoje, existem em grande número e seu campo de atuação é bastante vasto. Discutem e propõem junto ao Estado, políticas públicas e sociais voltadas para a diminuição da exclusão e desigualdade social. Juntamente com os demais atores da sociedade civil, buscam colaborar na formulação, implementação e controle social das políticas públicas. As ONGs têm sido parceiras dos governos municipais, no que diz respeito a elaboração de propostas que influem diretamente na relação Estado e sociedade civil, lutando pela democratização do espaço público.

Conforme diz César Luiz Barbosa Calonio (1997, p. 2 e 3)¹⁰, “as ONGs constituem-se em organizações sem fins lucrativos, nas quais ‘lucros eventuais devem ser reinvestidos nas atividades fins, não cabendo a sua distribuição, enquanto tais, entre os membros da organização. Para que este princípio seja resguardado, os responsáveis legais de uma ONG (seus diretores) não podem sequer receber remuneração através de salários. O capital acumulado por uma ONG não pode se converter no patrimônio dos seus executivos (...) apesar de serem não governamentais, seus fins mantêm as características do serviço público. Os quadros de uma ONG são treinados para pensar, de maneira estratégica, em como atender as demandas sócio-culturais não satisfeitas pelo mercado”.

Muitas organizações têm adotado formas diferenciadas de captação de recursos, em alguns casos, deixando de ser sem fins lucrativos, devido à escassez de recursos para

¹⁰ Texto utilizado pela Prof. Maria Ester Menegasso na disciplina Administração em Serviço Social. Material para fins didáticos. Texto adaptado a partir da pesquisa realizada pelo projeto Demo, por Cesar Luiz Barbosa Calonio(1997) e membro da ONG Asplande – Assessoria & Planejamento.

efetuar o que foi operacionalizado. Elas sofrem pressões de seus financiadores para que assumam sua sustentabilidade através de mecanismos de captação de recursos locais.

A existência das ONGs é assegurada pela associação que mantêm com universidades, igrejas, partidos políticos, sindicatos, etc, proporcionando os recursos que possibilitam que tais entidades saiam do campo das idéias para a realidade concreta. A nomenclatura ONG (Organização Não Governamental) foi adotada, não por iniciativa das próprias entidades, mas por influência das financiadoras, afim de evidenciar a oposição ao Estado. Assim, as financiadoras de recursos para as entidades teriam seus nomes ligados à tentativa de erradicação dos sistemas de governo totalitários. A expressão não-governamental representava uma garantia de identidade de interesses entre o órgão financiador e a organização que recebia os recursos. (TEIXEIRA, 2000, p. 50)

Herbert de Souza, sociólogo, o Betinho, sobre o que é uma ONG, faz a seguinte colocação: "Se definem pelo que não são... Não são governo, não são empresas, não são partidos, nem igreja, nem sindicatos. São seres políticos diferentes. São autônomos e independentes." (OLIVEIRA, p. 29)

É importante entender, que as Organizações Não-Governamentais ao se configurarem como entidades sem fins lucrativos e de caráter público, não estão definitivamente enquadradas no perfil de entidades e organizações de Assistência Social ¹¹.

¹¹ Toda entidade filantrópica é uma ONG (não pretende-se nesse trabalho aprofundar a questão da filantropia, apesar de ser um tema em constante circulação e de particular importância, mas abre-se um parêntese para fins de esclarecimento), porém chamamos atenção para o fato do termo "Entidade Filantrópica" ser tão comumente utilizado para todas as entidades sem fins lucrativos quanto para aquelas reconhecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), que beneficia a entidade com a isenção da cota patronal (INSS). Assim, mesmo a ONG sendo uma entidade filantrópica por não ter fins lucrativos, nem toda ONG é uma Entidade Filantrópica detentora do CEBAS. Para facilitar o entendimento e comunicação podemos dizer que "Toda Entidade Filantrópica é uma ONG, porém nem toda ONG é uma Entidade Beneficente de Assistência Social". Uma instituição é considerada uma ONG, somente se esta for instituída pela iniciativa privada e não pelo Governo, pois por definição para ser uma ONG a instituição nada pode ter a ver com o Governo. Disponível: www.adcontre.com.br/ongs.htm

O perfil encontrado, das Entidades Não-Governamentais registradas no CMAS – Fpolis, esteve baseado nas seguintes informações, retiradas das fichas de inscrição das entidades: localização, se possui registro no CNAS, se mantém convênio com a União, Estado ou Município, qual a área de abrangência do atendimento, público-alvo, objetivo e atividades desenvolvidas.

Esta análise está longe de ser detentora de todas as informações desejadas e necessárias para um conhecimento profundo sobre cada entidade, mas busca-se com ela, mostrar qual a contribuição destas entidades para o processo de inclusão social.

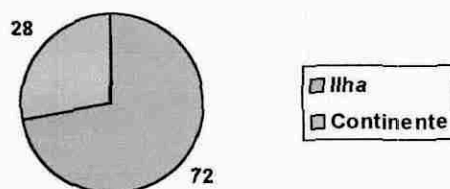
Hoje, encontram-se registradas no CMAS – Fpolis, 125 entidades de Assistência Social, das quais 100 foram objeto de pesquisa e é com esse universo que trabalharemos, contando com uma parcela dos elementos que possibilitam o conhecimento das entidades em toda sua dimensão.

Todas as entidades, foram caracterizadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis, como dignas de serem nomeadas Entidades de Assistência Social, visto o respeito aos princípios constantes na LOAS e aos critérios estabelecidos na Resolução nº 24 do CMAS – Fpolis. Ou seja, todas as entidades se enquadram no perfil designado por esta Lei, por serem entidades que prestam, sem fins lucrativos, atendimento aos usuários da Assistência Social e atuam na defesa e garantia de seus direitos.

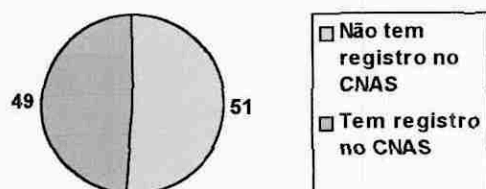
2.2.1 – Dados gerais das Entidades quanto à : localização, registro junto ao CNAS, área de abrangência, convênios e situação de registro no CMAS.

A seguir, podem ser observados alguns dados apresentados em forma de gráficos que mostram os elementos gerais das entidades, capturados na pesquisa de análise documental.

a) Localização das entidades

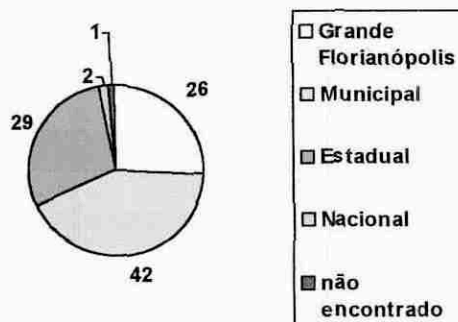


Das entidades analisadas, a grande maioria está localizada na ilha, apenas 28 localizam-se no continente. Esse fator, do ponto de vista da facilidade de acesso da população, é bastante interessante, pois das 72 entidades, 32 estão no Centro da cidade. Em contrapartida, a população do continente tem restrito o seu atendimento local.

b) Registro junto ao Conselho Nacional de Assistência Social

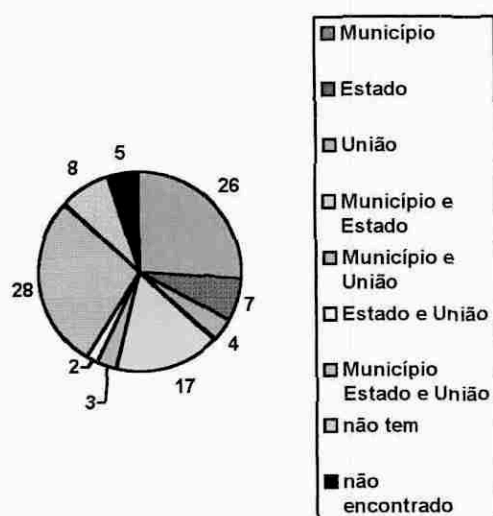
No CNAS, nem todas as entidades estão registradas, apenas metade, mais precisamente, 49 entidades, possuem esse registro. Esse fator nos chama a atenção para duas questões. Primeira: o número reduzido de entidades cadastradas no CNAS se dá devido ao desconhecimento da possibilidade de obtenção do CEBAS, que entre outras concessões, isenta a entidade de alguns compromissos fiscais? Ou, segunda: as entidades não fazem questão de estar registradas no CNAS, para não se render a prestação de contas e à mais um órgão “fiscalizador”? São questões que demandam uma discussão em ocasião oportuna.

c) Área de abrangência das entidades.



Quanto à abrangência de seus serviços, 26 abrangem a Grande Florianópolis, 42 têm abrangência Municipal, 29 têm abrangência Estadual e 02 têm abrangência Nacional. O número de entidades que atendem em âmbito municipal, é bastante considerável pois representa quase metade das entidades analisadas. No entanto, a população desconhece os serviços por elas prestados, cabendo a nós, detentores deste conhecimento, a mobilização e divulgação dessas entidades. Este estudo, ainda que primário e dirigido à um público reduzido, busca divulgar e tornar acessível a informação sobre as entidades do município de Fpolis, que prestam atendimento na área da assistência social.

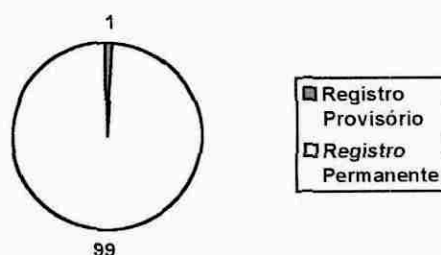
d) Convênios



Das 100 entidades em questão, 26 mantêm convênio com o Município, 07 com o Estado, 04 com a União, 17 com o Município e o Estado, 03 com o Município e a União, 02 com o Estado e a União, 08 com o Município, Estado e União, 28 não possuem convênio e 05 não dispunham dessa informação. Essa questão dos convênios é preocupante, pois infelizmente, a falta de recursos nas entidades é bastante grande, o que acaba impossibilitando, muitas vezes, a prestação de serviços mais qualificados e que atendam a necessidade da população. Muitas dessas entidades sobrevivem com doações da própria

sociedade e com recursos próprios, através de trabalhos manuais, feiras e campanhas locais, entre outros. Algumas entidades têm seus convênios cancelados, pelos órgãos que os mantêm, devido à irregular aplicação dos recursos, que não condizem com as ações estatuais. Por isso, se faz muito importante a constante fiscalização do CMAS nas entidades nele registradas. O significativo aporte de convênios revela a inconsistência das fontes de financiamento e custeio para as entidades sociais que precisam recorrer à várias fontes para garantirem seu funcionamento e atendimento aos usuários.

**e) Registro Provisório junto ao Conselho Municipal
de Assistência Social de Florianópolis.**



No que diz respeito ao registro no CMAS, das 100 entidades analisadas, apenas 01 possui o registro provisório, ou seja, está sob constante vigilância e avaliação do CMAS, as demais possuem o registro permanente, sendo que algumas já tiveram seu registro renovado. Ocorre de algumas entidades não aceitarem o registro provisório, pois sem esse

registro, não possuem um nº de inscrição, encontrado no registro permanente, que possibilita maiores facilidades na obtenção de recursos e convênios. Ocorre também os casos em que a comissão de registro opta por conceder o registro provisório, para que seja possibilitada a melhoria da estrutura de atendimento, através dos recursos a serem adquiridos. No entanto, o CMAS entende que é preciso um acompanhamento das atividades realizadas, para que se identifique a capacidade e o adequamento da entidade aos critérios estabelecidos pelo CMAS, baseados na LOAS, para que posteriormente a entidade receba o registro permanente, quando este não é concedido diretamente ao se observar a adequação da entidade aos critérios da Resolução nº 24.

2.2.2 - Público-alvo

A maioria das entidades, não atendem apenas um tipo de público, mas foi preciso estabelecer um critério para que se pudesse dividir a população a que se dirige o atendimento. Sendo assim, deu-se preferência ao público que a entidade prioriza.

Referente ao público-alvo atendido por essas entidades, como critério para definir as categorias atendidas, foram elencados os beneficiários abrangidos pela LOAS que em seu art. 2º define como objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho e a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, lembrando que a Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao

enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Crianças e adolescentes, são atendidas por 31% das entidades; as entidades que têm como público, os idosos, representam 3%; pessoas portadoras de deficiência, são atendidas por 5% das entidades; famílias, 11%; população de rua, 1%; e dependentes químicos, 3%. As que atendem as comunidades locais de modo geral, ou seja, todas as faixas etárias de ambos os sexos, se igualam às que atendem crianças e adolescentes, 31%.

Outras entidades, entre elas, as que atendem públicos específicos como: hemofílicos, portadores do vírus HIV, mulheres, empregadas domésticas e etc., representam 14% do total de entidades não-governamentais de Assistência Social registradas no CMAS. Essas entidades prestam atendimento à um público diferenciado, que não deixa de ser merecedor dos serviços prestados, pois a LOAS define como direito de todos o atendimento às necessidades básicas, mesmo essas apresentando-se particulares a cada um. Esse público tem supridas as necessidades que para a realidade em que se encontram, são básicas.

Quando Yazbek (apud STEIN, 1999, p. 35) afirma o restrito conhecimento que apresentamos a respeito dos que necessitam da Assistência Social, ela aborda uma realidade bem próxima de nós. Muitas pessoas não têm suas necessidades básicas atendidas porque não existem entidades que disponham de tal atendimento, ou seja, elas encontram-se excluídas da população necessitada da Assistência Social por não existir uma definição legal, clara, do que sejam essas necessidades.

Para tentar resolver essa difícil situação, presente em nossa sociedade, Sposati (1997, p. 24) sugere que se estabeleça um *padrão básico de vida*, sendo fundamental para

tal processo, a definição de quais necessidades são consideradas básicas e universais, respeitando os valores dentro de uma ética de vida coletiva.

2.2.3 - Objetivos e atividades desenvolvidas

Os objetivos e as atividades¹² desenvolvidas pelas entidades, mostram em sua maioria, a intenção de promover prioritariamente a inclusão social. São programas e ações que almejam prover os mínimos sociais previstos na LOAS em seu artigo 1º, atendendo às necessidades humanas básicas, postas pela realidade de nosso município e país. No entanto, faz-se importante considerar que as intenções observadas nos documentos pesquisados demonstram respeito à LOAS, o que não significa que estas sejam efetivadas na prática.

Cabe lembrar que, segundo Sposati (1997, p. 30) “não se pode considerar na condição de mínimo social, uma condição que é ainda de exclusão”. Ou seja, é preciso estar atento aos parâmetros utilizados na definição das necessidades básicas a serem satisfeitas pelos mínimos sociais. Para Doyal e Gough (apud FALEIROS, 1997, p. 16) as necessidades básicas se referem ao desenvolvimento de si, da autonomia e da cidadania sem alienação.

Com a observação realizada, foi possível distinguir alguns padrões estabelecidos por entidades que apresentam características comuns, como:

As entidades de origem religiosa, no caso as católicas e as evangélicas, deixam evidente em seus objetivos, a preocupação com a discussão a respeito dos problemas que cercam a Assistência Social, assim como a educação de base e a promoção humana.

Desenvolvem trabalhos diretamente com a comunidade carente, visando a coloboração na formação da consciência privada e pública.

As entidades espíritas demonstram como prioridade a difusão e prática do espiritismo, seguidas da prática da caridade. Longe de demonstrarem o entendimento do que vem a ser a Assistência Social enquanto política pública, as entidades espíritas e algumas outras entidades, ainda que de maneira equivocada, suprem as necessidades básicas do público atendido e respeitam parte dos princípios da LOAS (art. 4º). Essas entidades, demandam uma atenção especial por parte do CMAS, pois necessitam compreender a diferença entre o dever moral e direito social, ou seja, é preciso que se invista na “reversão da lógica do favor para a lógica do direito” (FERREIRA, 2001, p. 133).

Já os Conselhos e Associações Comunitárias, optam pela conscientização da comunidade, de suas possibilidades e deficiências para que esta participe diretamente no controle das políticas públicas e na efetivação de seus direitos sociais, objetivos que casam com o conteúdo do inciso II do art. 5º da LOAS que apresenta como diretriz: *participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.*

É relevante a prioridade concedida ao atendimento da criança e do adolescente, sendo considerável, o número de entidades que atendem à este público e que têm como objetivos principais: o pleno exercício da Assistência Social; defesa de seus direitos; retirá-los da situação de exclusão social; motivar a educação e o trabalho profissional; estimular a reintegração à família; planejar ações que viabilizem o desenvolvimento físico e psíquico;

¹² As atividades e os objetivos de todas as entidades, estão registrados na relação que encontra-se no Anexo III.

promoção social e cultural, entre outros. Essas entidades, entre elas, creches, escolas, centros de cultura, etc., atendem ao disposto no art. 23 da LOAS, pois têm como objetivo principal o desenvolvimento integral das famílias, dispensando atenção especial às crianças e adolescentes que possuem um estatuto próprio de defesa e garantia dos direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente¹³.

Foi possível observar também, a existência de entidades que prestam atendimento efetivo na área da saúde, contemplando desde o atendimento médico em si, até campanhas de prevenção e combate à males como: Aids, câncer, doenças renais, hemofilia, entre outros, tornando o destinatário da ação assistencial, alcançável pelas demais políticas públicas (inciso II do art. 4º da LOAS).

As entidades que prestam atendimento aos dependentes químicos, realizam um trabalho conjunto entre o dependente e sua família, pois entende-se que esta encontra-se tão fragilizada e prejudicada psicologicamente, que necessita de tratamento e atenção tanto quanto o próprio dependente. Elas desenvolvem projetos de prevenção e lutam pela garantia do pleno exercício dos direitos humanos, pela recuperação e reinserção ao convívio social. As que atendem às pessoas portadoras de deficiência, buscam acima de tudo, garantir os direitos à cidadania, promovendo a readaptação e melhor qualidade de vida, inserindo os deficientes no convívio social e no mercado de trabalho, objetivos que atendem aos incisos III e IV do art. 2º da LOAS. Por fim, as entidades prestadoras de serviços aos idosos objetivam: Promover a valorização do idoso, propiciar momentos de lazer e recreação, desenvolvimento de habilidades artísticas manuais e psico-motoras, estimular a união e a solidariedade entre os idosos, manter intercâmbio com outros grupos e

¹³ O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90), dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

satisfazer as necessidades por eles apresentadas de modo que não fiquem desprovidos de seus direitos sociais.

A LOAS considera como Entidades Beneficentes de Assistência Social, as que defendem os direitos dos beneficiários abrangidos por esta lei, ou seja, os direitos dos idosos, carentes, crianças e adolescentes, família e portadores de deficiência. A violação destes direitos é uma questão pública, assim como a prevenção de sua violação. Assim, a entidade que promove esta defesa e prevenção está cumprindo um fim público, pois o reconhecimento do direito à sobrevivência social, se faz fundamental para que seja viável uma sociedade de padrão civilizado (FALEIROS, 1997, p. 16).

Frente aos objetivos apresentados, observa-se que diante do crescimento da exclusão social, tem-se procurado manter os direitos até aqui garantidos na Constituição Federal e na LOAS. Portanto, urge a conquista de novos direitos, apontados por uma ampla visão de Assistência Social que é universal e incompatível com a seletividade e o focalismo

Considerações Finais

A Assistência Social, historicamente, esteve marcada pelo clientelismo e pelo conservadorismo, que não permitiram seu reconhecimento como campo de direitos e cidadania. A aprovação da LOAS, em 1993, determinou um novo marco legal para essa política, sem garantir, contudo, sua consolidação como pública. São constantes as iniciativas tanto de caráter legal, como administrativo, que insistem em mantê-la sob a lógica da benesse e do favor.

Podemos perceber que elementos fundamentais no processo de efetivação da LOAS, como a construção da inclusão social e a satisfação dos mínimos sociais, têm se mostrado incompatíveis com as demandas sociais, que se agravam ainda mais face ao desmonte das políticas públicas. O desrespeito aos mecanismos de controle social constantes na LOAS reflete, da mesma forma, a descaracterização dessas políticas no âmbito da garantia de direitos.

A descentralização das políticas sociais, ao mesmo tempo em que sugere a participação da população e exige ativa ação do Estado, permite que este a utilize como justificativa para a transferência total de seus compromissos para a sociedade, com o intuito de cortar gastos públicos. A ideologia da solidariedade e da descentralização, está sendo impregnada em nossa sociedade de forma deturpada. Sabe-se que a participação da sociedade civil neste processo de descentralização é fundamental, mas desde que não tire do Estado a responsabilidade de garantir a todos os cidadãos o direito à proteção social.

O controle social da política de Assistência Social, segundo Raichelis (1998, p. 77), deve ser exercido pelos Conselhos de Assistência Social. Inseridos no sistema descentralizado e participativo desta política, cabe aos Conselhos o papel de acompanhar e fiscalizar o funcionamento e o cumprimento dos dispositivos da LOAS para o que tem como uma das funções, o registro das Entidades de Assistência Social. Para integrar este sistema e habilitar-se aos recursos públicos, as entidades registradas no CMAS precisam caracterizar-se como entidades públicas, pois é a publicização das práticas sociais que impulsiona o processo de democratização da vida social e fortalece a relação entre o Estado e a sociedade civil, pautada na valorização universal dos direitos da cidadania.

São as entidades e organizações de Assistência Social que fazem a mediação entre o Estado e a sociedade civil, permitindo o reconhecimento estatal das necessidades dos segmentos mais vulneráveis da população.

Sendo assim, Mestriner (2001, p. 17) diz que: “a assistência social se desenvolveu, mediada por organizações sem fins lucrativos ou por voluntários, num obscuro campo de publicização do privado, sem delinear claramente o que nesse campo era público ou era privado.”

Mesmo sendo reconhecida como direito, portanto dever do estado, a Assistência Social pública pode continuar a ser implementada pelas entidades não-governamentais de Assistência Social com a utilização dos recursos e subvenções públicas. Entretanto, as ações por elas desenvolvidas devem estar pautadas na LOAS, de modo a que o atendimento à população-alvo seja realizado com eficiência e eficácia e alicerçado na democracia, na participação e na transparência dessas ações. Este é o sentido público que se exige das entidades que compõem a rede de Assistência Social. Há hoje, uma gama de preceitos

legais que ao mesmo tempo em que dão visibilidade a este universo de entidades sociais, trazem a elas o desafio de se organizar e estruturar conforme tais dispositivos, sem o que não adquirem o caráter que necessitam para alçar a condição de entidades públicas de Assistência Social e receber, então, os incentivos e orientações que precisam para desenvolver ações destinadas a garantir o atendimento das necessidades de seus usuários.

O estudo que realizamos trouxe alguns elementos que permitem compreender como este processo vêm se dando no âmbito das entidades registradas no CMAS/Florianópolis, particularmente através de sua Comissão de Registro, cujo trabalho de acompanhamento e avaliação desta rede de proteção social procura considerar o disposto na LOAS e observar o cumprimento de um padrão mínimo de atendimento à população. Não tem sido tarefa fácil garantir esse caráter, já que as entidades precisam empenhar-se no cumprimento de uma série de dispositivos administrativos e legais, conforme já referido e, para o que nem sempre, recebem a devida contrapartida do poder público. De qualquer modo, nas entidades registradas no CMAS/Florianópolis que pudemos observar, percebemos com clareza que elas, em sua maioria, demonstram afinidade e respeito aos princípios e diretrizes previstos na LOAS.

São muitas as dificuldades que essas entidades enfrentam e a busca por recursos parece ser uma das mais significativas. Isso pode ser constatado pelo número de convênios estabelecidos, já que para manter o adequado funcionamento de suas atividades, tais entidades precisam habilitar-se junto a diversas instâncias ou canais de financiamento de projetos sociais, única forma de completar os recursos que conseguem obter junto a doações voluntárias da sociedade.

Pode-se deduzir dessa afirmação, uma contradição entre e a lógica do favor e a do direito, porque ao mesmo tempo em que as entidades precisam pautar-se na lógica do direito prevista na LOAS, necessitam receber da rede privada o efetivo apoio para o seu funcionamento, o que pode reforçar a lógica da descontinuidade e do favor que historicamente marcaram e ainda marcam a Assistência Social.

Quanto aos objetivos e atividades das entidades observadas, tudo indica que elas seguem, em linhas gerais, aquilo que a LOAS dispõe, o que não significa, por outro lado, que estejam dando conta das demandas da população que procura seus serviços. A maioria atende os beneficiários contemplados na LOAS, sendo que as crianças e adolescentes tem prioridade no atendimento e representam o público de maior visibilidade por parte das entidades, em contrapartida os idosos e pessoas portadoras de deficiência possuem um atendimento bastante restrito. Algumas entidades prestam atendimento à um público diferenciado, mas todas, a princípio, priorizam a provisão dos mínimos sociais e a garantia e defesa dos direitos sociais, ou seja, seus objetivos e atividades cooperam para que se fortaleça o processo de inclusão social da população, sedenta de respeito e valorização, existente em nosso município.

A obtenção do estatuto legal de política pública, trouxe para a Assistência Social avanços e conquistas significativas. A implantação do modelo descentralizado e participativo, a instalação dos Conselhos de Assistência Social, o funcionamento de comissões de registro - caso de Florianópolis, particularmente, traduzem o empenho dos sujeitos sociais envolvidos no sentido de garantir os preceitos legais da política estudada e acompanhar efetivamente as entidades que integram a rede de proteção social no

município. Concretizá-la na perspectiva do direito, superando a lógica do dever moral, no entanto, é desafio que permanece e exige investimento sistemático.

O trabalho que ora se encerra apontou apenas alguns destes desafios, mas espera-se que novos estudos se dediquem a compreender esse novo ambiente político-legal que trouxe para as entidades sociais possibilidades concretas de contribuir na direção da cidadania, mas, principalmente, a necessidade de redefinir suas relações com o poder público municipal, de modo a pautá-las, cada vez mais, na transparência e no caráter público que deve alimentar a política de Assistência Social.

Referências Bibliográficas

- ADECONTRE CONSULTORES ASSOCIADOS – Gestão do Terceiro Setor.
Informações sobre Organizações Não-Governamentais, disponível:
www.adecontre.com.br/ongs.htm
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** : promulgada em 05 de outubro de 1988. Coordenadora Sandra Julien Miranda. São Paulo: Rideel, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Diário Oficial da União, 08 de dezembro de 1993. Lex: Coletânea de Leis – 2 edição, Santa Catarina: CRESS – 12 região, 2001.
- CAMPOS, Edval B.; Maciel, Carlos A.B. **“Conselhos Paritários: o enigma da participação e da construção da democracia”**. p. 143-155, 2000.
- CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FPOLIS. **Lei nº 4.958/96, de 16 de julho de 1996**. Cria o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **Síntese do Relatório Final de Consultoria ao CNAS sobre regulamentação dos artigos 3º e 9º da LOAS**, CNAS, Brasília, outubro de 1997.
- FERREIRA, Ivanete Boschetti. **Assistência Social no Brasil**: um direito entre a originalidade e o conservadorismo. Brasília/DF:GESST/SER/UnB, 2001, p. 133-139.
- _____. **Assistência Social: os limites à efetivação do direito**. In:
Revista Katálisis/UFSC – nº 4 - maio de 1999. Editora da UFSC. Fpolis: 1999, p. 65-74.

GOMES, Ana Lúcia. A nova regulamentação da filantropia e o marco legal do terceiro setor. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XX, n. 61, nov de 1999, p. 91-108.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. In: Debate CRESS-CE. n.º 06.

MENEGASSO, Maria Ester. Organizações e Serviço Social. In: **Revista Katálisis/UFSC** – Volume 5, n.º 2, jul/dez 2002. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo, Cortez, 2001.

MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL. **Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social**. Disponível: www.assistenciasocial.org.br

NOGUEIRA, Vera Ribeiro. Seguridade Social nos Países do Mercosul. IN: **2º Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social**. Porto Alegre - RS, 2000.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Assistência Social: do discurso do Estado à prática do Serviço Social**. 2 edição revisada, Florianópolis: Editora da UFSC, maio de 1996, 211p.

_____. Controle Social e Assistência Social: o desafio(im) possível. In: **REVISTA KATÁLISIS/UFSC**. n.º 4 - maio de 1999. Editora da UFSC. Fpolis: 1999, 37-50

PAIVA, Beatriz Augusto de. Assistência Social e Políticas Sociais no Brasil: configuração histórica, contradições e perspectivas. In: **REVISTA KATÁLISIS/UFSC**. n.º 4 - maio de 1999. Editora da UFSC. Fpolis: 1999, p. 11-34

PEREIRA, Potyara A. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.**

São Paulo: Cortez, 2000, p. 15-36.

PROGRAMA AÇÃO CONTINUADA. **Recomendações aos Conselhos Municipais de Assistência Social.** www.acaocontinuada.org.br

RAICHELIS, Raquel. Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano XIX, n. 56, março de 1998, p. 77-96.

SILVA, Livia Oliveira. **Relatório Final de Iniciação Científica: Mercosul e Reforma do Estado – Implicações nas Políticas Públicas.** UFSC/CSE/DSS, 2001.

SILVA, Luiz A. Palma e STANISCI, Silvia A. Mínimos Sociais: quê! **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano XVIII, n. 55, nov de 1997, p. 192-193.

SOARES, L. S. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo, Cortez, 2000.

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução na consciência da cidadania. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano XVIII, n. 55, nov de 1997, p. 9-38.

STEIN, Rosa Helena. Organização e gestão das Políticas Sociais no país: Implementação de Políticas Sociais e descentralização político-administrativa. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social – programa de capacitação continuada para assistentes sociais.** Módulo III. CEFESS/ABEPSS. Universidade de Brasília, 2000. p.72-84.

_____. A descentralização político-administrativa na Assistência Social. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano XX, n. 59, março de 1999, p. 24-46.

ANEXO I



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Rua Rui Barbosa, 125 - Agrônômica - Florianópolis - SC - 88.025-301

Fone e Fax: (048) 228-2718

FICHA CADASTRAL

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1.-Nome:.....Sigla:.....

1.2.-Data da Fundação:...../...../..... Data do início das atividades:...../...../.....

1.3.-Endereço:.....nº.....Bairro:.....

CEP:.....CGC:.....Telefone:.....

Fax:.....

• Dados sobre o Responsável:

1.4.-Nome do Presidente:.....Telefone:.....

1.5. Nome do Administrador ou responsável:.....

Telefone:.....

2. INFORMAÇÕES BÁSICAS DA ENTIDADE:

2.1.- () Governamental () Não-Governamental () Outros:.....

2.2.- Área de Abrangência:

() Municipal () Grande Florianópolis () Estadual

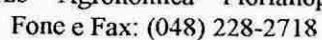
2.3.- Utilidade Pública:

() União () Estado () Município

2.4.- Registros:

() Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

() Certificado de Filantropia





CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Rua Rui Barbosa, 125 - Agrônômica - Florianópolis - SC - 88.025-301

Fone e Fax: (048) 228-2718

3.3.- Atendimento Prestado: (Assinalar)

TIPO DE ATENDIMENTO PRESTADO PELA ENTIDADE	X	Nº DE PESSOAS ATENDIDAS MENSALMENTE (média)
Creche (0 - 6 anos)		
Educação Complementar (07 - 17 anos)		
Educação Especial		
Tratamento de Reabilitação		
Ações de prevenção de deficiências		
Atendimento ao portador de HIV/Aids		
Grupos de convivência para idosos		
Atendimento asilar		
Abrigo		
Casa-Lar		
Albergue		
Grupos de mulheres e/ou mães		
Casa de apoio à mulher		
Orientação e apoio sócio-familiar		
Concessão de auxílios emergenciais (alimentos,remédios,outros)		
Assistência jurídica		
Oficinas de trabalho		
Provisões de documentos		
Alfabetização para adultos		
Cursos de iniciação para o trabalho		
Cursos de capacitação profissional		
Grupos de produção		
Encaminhamento ao mercado de trabalho		
Organização comunitária		
Atendimento ao migrante		
Recrutamento de voluntários		
Outros (especificar):		

**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS**

Rua Rui Barbosa, 125 – Agrônômica – Florianópolis – SC – 88.025-301

Fone e Fax: (048) 228-2718

3.4. - Benefícios concedidos (assinalar):

ESPECIFICAÇÃO	X	CUSTO/ANO
Cesta básica		
Leite comum		
Leite especial		
Medicamentos		
Passe de ônibus		
Passagens		
Vestuário		
Enxoval de bebê		
Funeral		
Óculos		
Material de construção		
Cadeira de rodas		
Aparelhos para reabilitação		
Outros (especificar):		

3.5. - Atividades complementares desenvolvidas:

3.5.1. - Estudos e pesquisas (citar) :

.....

.....

.....

.....

3.5.2. - Outras atividades (citar):

.....

.....

.....



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

Rua Rui Barbosa, 125 – Agronômica – Florianópolis – SC – 88.025-301

Fone e Fax: (048) 228-2718

4 – RECURSOS:

4.1.-HUMANOS

4.1.1.-Formação:

Escolaridade Categorias	1º grau			2º grau			3º grau		
	Completo	Incompleto	Curso	Completo	Incompleto	Curso	Completo	Incompleto	Curso

4.1.2.- Capacitação de Recursos Humanos (assinalar):

FORMA	X
Cursos	
Treinamentos	
Oficinas	
Seminários	
Palestras	
Outros (citar	

4.2.-FINANCEIROS:

4.2.1.- Mantém Convênio: () União () Estado () Município

4.2.2-Outras fontes de Recursos (especificar):

.....



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Rua Rui Barbosa, 125 – Agrônômica – Florianópolis – SC – 88.025-301

Fone e Fax: (048) 228-2718

4.3. - MATERIAIS:

4.3.1. - Instalação física:

() Própria () Alugada () Cedida - Órgão:.....
Período:.....

4.3.2. - Área destinada aos programas assistenciais:

Total:.....Construída:.....

4.3.3. - Equipamentos:

- () linha telefônica
- () máquina de escrever
- () computador e impressora
- () fax
- () veículo
- () TV
- () vídeo
- () som
- () outros (especificar):.....
.....
.....
.....

DATA:...../...../.....

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS: Ao entregar esta ficha, anexar as **cópias** dos seguintes documentos:

- Estatuto da Entidade
- Ata de Posse da Diretoria
- Atas das 03 últimas Reuniões de Diretoria
- Decretos de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal
- Plano de Trabalho
- CNPJ
- Balancete da Entidade

ANEXO II



Florianópolis

Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 24 do CMAS, de 21 de setembro de 2000

Estabelece critérios e procedimentos para inscrição de Entidades de Assistência Social com sede e/ou abrangência dos serviços no Município de Florianópolis.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de proceder a inscrição das Entidades de Assistência Social, para fins de funcionamento, conforme prevê o Art.9º da Lei Federal nº 8.742, e considerando os Decretos nº 2.536/98, 3.504/2000 do Presidente da República e as Resoluções nº 31 de 26/02/99; 116 de 19/05/99 e 177 de 10/08/2000 do CNAS, bem como o Art. 5º, inciso 15 da Lei Municipal 4958/96,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer como critérios para inscrição das Entidades de Assistência Social no CMAS os seguintes:

- I- Ser entidade beneficente de Assistência Social que atue:
 - a- na proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 - b- no amparo às crianças e adolescentes carentes;
 - c- na promoção da integração ao mercado de trabalho;
 - d- na habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e na promoção de sua integração à vida comunitária;
 - e- na promoção gratuita de assistência educacional ou de saúde;
 - f- na promoção do atendimento e no assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e na defesa e garantia dos seus direitos.
- II- Possuir fim público definido nos estatutos sociais (caráter público);

- III- Exercer suas atividades assistências sem fins lucrativos (previsão estatutária);
- IV- Executar prestação de serviços gratuitos, em caráter permanente e sem discriminação da clientela;
- V- Estar legalmente constituída e em pleno funcionamento há pelo menos 2 (dois) anos;
- VI- Estar declarada como Entidade de utilidade pública ;
- VII- Aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares;

Parágrafo 1º - A Entidade deverá comprovar a gratuidade de seu atendimento e em se tratando de Entidade educacional, deverá comprovar em vagas gratuitas e/ou projetos de assistência social de caráter permanente.

Parágrafo 2º - O disposto neste inciso não se aplica à Entidade da área da saúde, a qual terá como requisito comprovar, anualmente, percentual de atendimento, decorrentes de convênio firmado pelo SUS, igual ou superior a 60% (sessenta por cento) do total de sua capacidade instalada.

- VIII- Não conceder a seus diretores, conselheiros, sócios ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, em razão de suas competências, funções ou atividades;
- IX- Não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto;
- X- Aplicar suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional integralmente na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- XI- Destinar, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente à entidade congênere registrada no CNAS ou à entidade pública.
- XII- Possuir critérios avaliativos dos serviços, visando manter e melhorar o padrão de qualidade em suas ações.
- XIII- As Entidades que prestam atendimento na área da educação e da saúde deverão manter em seu estabelecimento e em local visível ao público, placa indicativa da disponibilidade de serviços gratuitos a pessoas carentes, indicando que tem Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

XIV- As Entidades que prestam atendimento na área de educação deverão estar devidamente registradas no Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º - Estabelecer os procedimentos para requerimento e concessão de inscrição como os seguintes:

- I- Preenchimento do requerimento e da ficha cadastral;
- II- Apresentação de cópia dos seguintes documentos: (a) Estatutos Sociais; (b) Ata de eleição/ posse da última diretoria; (c) Três últimas atas da diretoria; (d) Decreto de Utilidade Pública; (e) Balancete Geral; (f) CNPJ (antigo CGC); (g) Relatório de Atividades; (h) Plano de Trabalho; (i) Documento comprobatório da gratuidade do atendimento;
- III- Designação do CMAS de dois conselheiros (um representante das entidades não-governamentais e outro do governo) para proceder a avaliação com base em análise documental e visita à Entidade, e emitir parecer devendo este levar em consideração:
 - a) Direção da Entidade (capacidade técnica gerencial);
 - b) Suas finalidades públicas (caráter público);
 - c) Área de atuação, população alvo e abrangência;
 - d) Gratuidade do atendimento;
 - e) Fontes de receitas e principais despesas;
 - f) Natureza jurídica (fundação, associação, conselho...);
 - g) Localização;
 - h) Instalações físicas, com relação a habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
 - i) Pessoal envolvido, incluindo voluntariado;
 - j) Capacidade de atendimento;
 - k) Trabalho desenvolvido (programas, projetos/serviços);
 - l) Qualidade do atendimento;
 - m) Relação entre entidade mantenedora e entidade mantida (se existente);
 - n) Convênios e contratos;
 - o) Relatórios.
- IV- Apreciação da plenária do CMAS sobre o parecer emitido.
- V- Concessão do Certificado de Registro no CMAS à Entidade que obteve aprovação de seu parecer em plenária.

Art. 3º - Conceder Certificado de Registro às Entidades, cujo prazo será de três anos, devendo a Entidade encaminhar ao CMAS, no final de cada ano,

relatório das atividades desenvolvidas, incluso relatório financeiro, sob pena de ser cassado o registro.

Art. 4º - Conceder Certificado de Registro Provisório, com validade de 6 (seis) meses, às Entidades que preencherem de forma geral os critérios do Art. 1º, mas que ainda necessitem implementar algumas medidas de adequação.

Parágrafo 1º - As medidas de adequação deverão ser recomendadas por escrito, após aprovação pela plenária do CMAS e seu cumprimento deverá ser avaliado no prazo estabelecido.

Parágrafo 2º - O Certificado de Registro Provisório poderá ser prorrogado por igual período, de acordo com a avaliação da plenária do CMAS, após ouvida a Comissão de Registro.

Art. 5º - Determinar aos conselheiros pareceristas que seja consultado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal do Idoso, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Entorpecentes, conforme o caso, para subsidiar o parecer sobre a inscrição da Entidade.

Art. 6º - Efetuar a revalidação do Certificado de Registro mediante atualização da ficha cadastral e avaliação pela Comissão de Registro.

Art. 7º - Recomendar que na Diretoria da Entidade não haja relações de parentesco.

Art. 8º - Cancelar o Certificado de Registro da Entidade que deixar de atender os critérios previstos no Art. 1º, segundo avaliação da Comissão de Registro, referendada pela Plenária do Conselho.

Art. 9º - Os casos omissos serão deliberados pela plenária do CMAS.

Art. 10º - Revogam-se as Resoluções em contrário.

Florianópolis, 21 de setembro de 2000.

Frei Daniel Heinzen
Presidente

Coordenador da
Comissão de Registro

ANEXO III

Ação Social Arquidiocesana**Sigla:** ASA**Ano de Fundação:** 1960**Certificado do CNAS:** Sim**Área de Abrangência:** Grande Florianópolis**Tipo de Convênio:** Federal e Municipal**Público-Alvo:** crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, famílias e organizações populares.**Objetivo:** Realizar estudos sobre os problemas de assistência social, de educação de base e de promoção humana; colaborar na formação da consciência particular e pública; planejar e promover a ação conjunta das Obras e Movimentos que visem à assistência social e promoção humana; promover campanhas junto à comunidade local; divulgar os trabalhos sociais da igreja no campo social e educativo.**Atividades:** Organização dos serviços e da política de assistência social: assessoria e formação junto às Ações Sociais Paroquiais da Arquidiocese de Fpolis; Geração de Trabalho e Renda: assessoria, financiamento e acompanhamento à grupos/projetos; Projetos Sociais assessoria, financiamento e acompanhamento; Grupo de Idosos: formação, assessoria e capacitação de lideranças; Projetos, programas e organizações com crianças e adolescentes; Organização, assessoria e formação com agentes e lideranças no campo da saúde alternativa, oficinas de Fitoterapia, conscientização e prevenção.**Ação Social Missão****Sigla:** ASM**Ano de Fundação:** 1993**Certificado do CNAS:** Não**Área de Abrangência:** Grande Florianópolis**Tipo de Convênio:** Estadual e Municipal**Público-Alvo:** crianças e adolescentes de 07 à 18 anos do sexo masculino.**Objetivo:** Oferecer atendimento à crianças e adolescentes ameaçadas ou violadas em seus direitos, visando contribuir com a sua formação enquanto ser humano.**Atividades:** Casa Lar Ação Social Missão (abrigo).**Ação Social Paroquial dos Ingleses****Sigla:** ASPI**Ano de Fundação:** 1997**Certificado do CNAS:** Sim**Área de Abrangência:** Municipal**Tipo de Convênio:** Estadual e Municipal**Público-Alvo:** Pessoas carentes de todas as idades.**Objetivo:** Promoção e capacitação de recursos humanos.**Atividades:** Campanhas de arrecadação de alimentos; Atendimento às pessoas carentes e/ou desempregadas (distribuição de trabalho/serviço em troca de cestas básicas e roupas); Natal das pessoas carentes; Natal das crianças (06 à 10); Oficinas de trabalho e recreação (crianças, jovens e adultos); Fórum Social (avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela entidade); Cultivo jardim medicinal (distribuição de ervas para idosos); Terapias alternativas; Supervisão sobre a Pastoral da Criança; Associação de Idosos.

Ação Social Paroquial Nossa Senhora de Fátima

Sigla: ASPNSF

Ano de Fundação: 1960

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Idosos, gestantes e famílias carentes.

Objetivo: Realizar estudos sobre os problemas de assistência social de educação de base e de promoção humana; Colaborar na formação da consciência particular e pública; Providenciar e promover campanhas junto à comunidade local; Divulgar os trabalhos da Igreja no campo social e educativo.

Atividades: Mães Gestantes: atendimento, palestras e confecções de enxovais; Clube de Mães: trabalhos manuais; Grupo de Idosos: orientação, lazer, ginástica, trabalhos manuais e passeios; Atendimento à famílias carentes: palestras, visitas e entrega de cestas básicas; Farmácia: atendimento aos necessitados.

Ação Social Paroquial Saco dos Limões

Sigla: ASP-SL

Ano de Fundação: 1966

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Estadual

Público-Alvo: Crianças. Adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Objetivo: Coordenar todas as obras sociais na sua área de atuação, exercer atividades de assistência social de educação de base e de promoção humana; Realizar estudos sobre os problemas de assistência social de educação de base e de promoção humana; Colaborar na formação da consciência privada e pública; Providenciar convênios com organismos públicos e privados, campanhas junto à comunidade local; Divulgar os trabalhos e obras realizadas no campo social e educativo.

Atividades: Grupo de Adolescentes; Grupo de Jovens, Grupo de Crianças, Grupo de Adultos, Grupo de Idosos. Palestras, debates, visitas à idosos, ajuda alimentar e desenvolve o Projeto Conviver.

Ação Social Paroquial São Francisco Xavier

Sigla: ASPSFX

Ano de Fundação: 1985

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Pessoas carentes financeiramente.

Objetivo: Assistência educativa, cultural e assistencial para idosos, crianças e adolescentes.

Atividades: Apoio à Pessoa Idosa (Grupo da Amizade); Trabalho Assistencial à Gestantes (Grupo Fraterno – confecção e distribuição de enxovais); Assistência à outras pessoas carentes - famílias e idosos (Comitê da Cidadania, contra a fome e a miséria à favor da vida – doações de cestas básicas).

Ação Social Paroquial da Trindade

Sigla: ASPT

Ano de Fundação: 1955

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Crianças de 0 à 06 anos e idosos acima de 60 anos.

Objetivo: Realizar estudos sobre os problemas de assistência social de educação de base e de promoção humana; Colaborar na formação da consciência particular e pública; Providenciar e promover campanhas junto à comunidade local; Divulgar os trabalhos da Igreja no campo social e educativo.

Atividades: Atendimento diário à população: distribuição de cestas básicas, remédios e encaminhamentos ao mercado de trabalho; Distribuição de enxovais às gestantes; Auxílio ao Berço; Apoio à Pessoa Idosa: Grupo de Vivência e Grupo de Idosos.

Aplysia Grupo de Dança

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Crianças e adolescentes.

Objetivo: Desenvolver através da arte, a intelectualidade, as relações interpessoais, o universo psíquico, além de facilitar a inserção no mercado de trabalho por desenvolver uma prática profissional.

Atividades: Aulas de dança (ballet clássico e dança contemporânea) para crianças e adolescentes de 05 à 17 anos.

Associação dos Aposentados e Pensionistas da Prev. Social da Grande Fpolis

Sigla : ASAPREV - FLN

Ano de Fundação: 1986

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Associados, aposentados e pensionistas.

Objetivo: Zelar pelos direitos de seus associados, aposentados, pensionistas na maioria idosos, promovendo estudos para o aperfeiçoamento da legislação previdenciária, de sua administração e do exercício desses direitos, além de promover atendimentos os mais diversos.

Atividades: Atendimento Jurídico (Idosos); Trabalho de Assistência Social e à Saúde (encaminhamento de idosos para hospitais, centros de saúde; procura de vagas e encaminhamentos de idosos em situação de risco pessoal e social para abrigos e asilos; encaminhamento de idosos para atendimento psicoterápico; oferecimento de catálogo com convênios médico-odontológicos e de serviços; auxílio funeral e provisão de documentos); Serviço de Informação e Divulgação (Boletim Informativo Esperança e publicações avulsas); Campanha de Associados (Idosos); Programa de preparação para a aposentadoria (empresas privadas).

Assistência Social São Luiz

Ano de Fundação: 1952

Objetivo: Auxiliar e socorrer os pobres, dando conforto e tratamento médico e ajudar na instrução intelectual, profissional e religiosa.

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Atividades: Crianças e adolescentes (07 à 18 anos): apoio sócio-pedagógico, curso de informática, reforço escolar, curso de cerâmica; Idoso: Grupo de Convivência; Capacitação Profissional e Geração de Renda: Oficina de trabalhos manuais, curso de informática e curso de cerâmica; Assistência Social em Geral: cestas básicas, grupo de Fitoterapia, visitas domiciliares, Grupo de Mães, alfabetização de adultos.

Associação Beneficente Santa Zita

Ano de Fundação: 1943

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Empregadas Domésticas

Objetivo: Visa à promoção humana e capacitação de recursos humanos de empregadas domésticas.

Atividades: Abrigo e alojamento de empregadas domésticas que trabalham durante o dia.

Associação Casa da Mulher Catarina

Sigla: APMC

Ano de Fundação: 1989

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Mulheres de 14 à 80 anos

Objetivo: Estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate da condição da mulher e planejar ações que objetivem eliminar todas as formas de discriminações identificadas, assim como facilitar às suas associadas, acesso às publicações, audio-visuais, congressos, cursos, seminários e encontros.

Atividades: Conferências, palestras informativas, debates (saúde e direitos da mulher); oficinas para adolescentes da Casa da Liberdade; oficina para Grupo de Mulheres; treinamento para participação política.

Associação Catarinense de Integração Familiar

Sigla: ACIFAM

Ano de Fundação: 12/06/1995

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Familiares de dependentes químicos, coordenadores voluntários e formadores de novos grupos de municípios sem recursos financeiros.

Objetivo: Acolher e orientar, dependentes e familiares, interessados na metodologia do programa AMOR EXIGENTE e incentivar o intercâmbio familiar visando a recuperação e ressocialização de dependentes de drogas químicas.

Atividades: Programa Estadual de Interação Familiar; Programa de Recrutamento de Voluntários.

Associação Catarinense para Integração do Cego

Sigla: ACIC

Ano de Fundação: 1977

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Federal, estadual e municipal

Público-Alvo: Cegos e deficientes visuais de todas as idades e ambos os sexos.

Objetivo: Promover e integrar os cegos e deficientes da visão de ambos os sexos e todas as idades, sem quaisquer distinções.

Atividades: Cursos profissionalizantes, alfabetização, palestras, passeios, avaliações oftalmológicas, encaminhamentos a recursos comunitários.

Associação Amigos do Hospital Universitário

Sigla: AAHU

Ano de Fundação: 11/09/01

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Famílias carentes

Objetivo: Congregar esforços da comunidade em prol do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC.

Atividades: Estimular a participação e congregar as pessoas físicas e jurídicas da comunidade bem como alguns alunos e ex alunos, servidores e ex servidores, pacientes e ex pacientes do H.U. da UFSC, que pretendem colaborar com a Associação; organizar e manter uma equipe de voluntários, formada por associados e; emvidar esforços para a melhoria das condições de ensino, pesquisa e extensão e de modernização do H.U. da UFSC.

Associação Círculo Humanista

Sigla:

Ano de Fundação: 07/04/1999

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio:

Público-Alvo: Crianças e adolescentes.

Objetivo: Desenvolver serviços em favor das crianças e adolescentes que fazem parte da exclusão social, buscando motivá-los para a educação e o trabalho profissional, integrando-os às suas famílias (ou a novas famílias) e a sociedade.

Atividades: Alfabetização de adultos; atendimento médico-odontológico; artesanatos; práticas desportivas; informática; música e reforço pedagógico.

Associação Comunitária Jardim Santa Mônica

Sigla: ACOJAR

Ano de Fundação: 1976

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Estadual

Público-Alvo: Idosos, jovens e crianças.

Objetivo: Valorizar o Idoso como ser humano, estimulando sua capacidade e criatividade; receber o idoso conforme nosso lema ("Só o amor constrói". Ele é uma fonte inesgotável.), porque acreditamos que só o amor e pelo amor, se consegue o equilíbrio, a harmonia e a felicidade.

Atividades: Aulas de dança; aulas de pintura; bocha para idosos; campanha de alimentos (famílias); dominó; escolinha de futebol; grupo de idosos; grupo de senhoras; publicação Alô Amigos (jornal); recreação infantil; aula de capoeira; aula de inglês; aula de teatro; grupo de jovens; Casa Lar para Idosos. /CriAds 07-80 anos/

Associação Comunitária PROMORAR

Sigla: ACP

Ano: 1986

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Crianças de 07 à 12 anos e suas famílias.

Objetivo: Integrar e dinamizar as ações da comunidade; integrar e fortalecer os valores de ordem moral e cultural; promover os vínculos de solidariedade e cooperação entre os membros da comunidade, representar a comunidade perante os órgãos públicos e privados; colaborar com os poderes públicos na realização de levantamentos sócio-econômico-cultural da comunidade; proceder o cadastramento de famílias residentes em sua área de atuação; conscientizar a comunidade de suas potencialidades; despertar a mentalidade de co-responsabilidade e co-participação; promover a inserção da comunidade no contexto da dinâmica social.

Atividades: Educação complementar (7-12); alfabetização para adultos; cursos de capacitação profissional; grupo de produção; encaminhamento ao mercado de trabalho; organização comunitária; catequese religiosas.

Associação Cultural e Comunitária da Coloninha - "A Casa do Povo"

Ano de Fundação: 1995

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Comunidade

Objetivo: Proporcionar o bem-estar e o lazer da comunidade, através de atividades de caráter social, político, desportivo, cultural, assistencial, assim como, realizar campanhas e atividades que visem o desenvolvimento social e cultural dos indivíduos.

Atividades: Centro Educacional – que tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, complementando assim, a ação da família: creche (2 à 3 anos 11 meses) e pré-escola (4 à 6 anos).

Associação de Moradores do Parque da Figueira

Sigla: AMPAF

Ano de Fundação: 1986

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Idosos, gestantes e famílias carentes.

Objetivo: Representar com amplos poderes os moradores deste conjunto habitacional, na solução de seus problemas; orientar e organizar movimentos que visem o bem-estar da comunidade; realizar cursos de capacitação profissional, seminários, palestras, debates sobre a realidade social, econômica, política e cultural; criar grupos de trabalho sendo doravante chamados "Coordenadoria de Trabalho"; informar e orientar os moradores do conjunto habitacional, sobre o exercício de seus direitos e liberdade da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática; proceder cadastramento das famílias residentes no conjunto habitacional; colaborar com os poderes públicos na realização de levantamentos sócio-econômico-cultural dos moradores do conjunto habitacional, observando o equacionamento de necessidades e problemas.

Atividades: Educação complementar (07 à 12 anos); Grupo de Convivência para Idosos; Grupo de Mulheres e/ou Mães; orientação e apoio sócio-familiar; oficinas de trabalho; cursos de iniciação para o trabalho; curso de capacitação profissional; grupos de produção; encaminhamentos ao mercado de trabalho; recrutamento de voluntários e atividade esportivas.

Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente

Sigla: APAM Costeira do Pirajubaé

Ano de Fundação: 1988

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Crianças e adolescentes de 07 à 18 anos

Objetivo: Promover ações que venham beneficiar crianças e adolescentes oriundas de famílias carentes do bairro da Costeira do Pirajubaé.

Atividades: Crianças e adolescentes de 07 à 12 anos: artísticas (teatro); esportivas e lazer (escolinha de futebol); pedagógicas (Centro de Educação Complementar); leitura (Hora do Conto); atendimento de crianças e adolescentes (Serviço Social). Adolescentes a partir de 14 anos: oficina profissionalizante de datilografia. Adultos: oficina profissionalizante de cabeleireiro.

Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente

Sigla: APAM Morro Pedras

Ano de Fundação: 1989

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Crianças e adolescentes de 07 à 18 anos e Organizações Populares.

Objetivo: Viabilizar alternativas da prática comunitária, sobre questões da criança e do adolescente, nas áreas de saúde, educação, lazer, orientação familiar, etc.

Atividades: Apoio Pedagógico de 1º Grau (07 à 18 anos); atendimento sócio-educativo em meio aberto; oficinas (sexualidade, drogas, matemática, língua portuguesa, etc.); lazer; jogos pedagógicos; passeios ecológicos; discussões / debates junto a comunidade.

Associação de Pais e Amigos do Grupo Alternativo

Sigla: APAGA

Ano de Fundação: 1995

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social.

Objetivo: Planejamento, execução e supervisão de operações solicitadas pelo Grupo Alternativo de Estudos dos Problemas das Drogas.

Atividades: Grupo de Apoio ao Dependente Químico; albergue para Dependentes Químicos.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Sigla: APAE

Ano de Fundação: 1964

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Federal, Estadual e Municipal.

Público-Alvo: Deficiente mental de 0 à 60 anos.

Objetivo: Garantir os direitos à cidadania e executar ações que proporcionem melhor qualidade de vida para as pessoas com necessidades especiais.

Atividades: Estimulação Essencial (0-3); educação infantil (3-6); Centro de Ensino Fundamental (7-14); Centro de Educação e Trabalho (a partir de 14 anos); Programa de Colocação no Mercado de Trabalho; Apoio Pedagógico (para alunos incluídos na rede regular de ensino); Serviços: casa lar, avaliação e encaminhamento, capacitação de recursos humanos, teste para concessão de carteira de transporte municipal.

Associação dos Amigos da Casa da Criança e do Ad. do Morro do Mocotó

Sigla: ACAM

Ano de Fundação: 1995

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Crianças, adolescentes e jovens.

Objetivo: Propiciar ao educando condições para participar do processo de aprendizagem, cultivando valores humanos e promovendo a participação de todos, na busca do bem comum, da verdade, do desenvolvimento da criatividade, da liberdade, da responsabilidade e do respeito aos princípios da justiça.

Atividades: Educação Complementar (Programa Sócio-Educativo – 05 a 17 anos); Laboratório de Informática (Crianças, adolescentes e jovens da comunidade).

Associação dos Amigos do Centro de Atividades Comunitárias Chico Mendes

Ano de Fundação: 1994

Endereço: Rua Pau Brasil, 16 - Comunidade Chico Mendes Caixa Postal 22308

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Federal

Público-Alvo: Comunidade

Objetivos: Colaborar e acompanhar as atividades do Centro Comunitário Chico Mendes.

Atividades: Reforço Escolar; Grupo de Mães (curso de pintura em tecido, crochê); Curso de Tricô para senhoras e moças; Curso de Datilografia; Orientação e Apoio Sócio-Familiar.

Associação dos Hemofílicos do Estado de Santa Catarina

Sigla: A.H.E.S.C.

Ano de Fundação: 1984

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio:

Público-Alvo: Hemofílicos e familiares

Objetivos: Atender a todos os hemofílicos do Estado de Santa Catarina, nos âmbitos da saúde e do social; com atendimento totalmente gratuito.

Atividades: Atendimento fisioterápico; odontológico; psicológico; assistência social; hospedagem e alimentação para tratamento (paciente e familiares).

Associação dos Idosos Esperança

Sigla: AIE

Ano de Fundação: 1992

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Idosos acima de 60 anos, da localidade de Ingleses e região.

Objetivos: Promover a valorização do idoso, propiciar momentos de lazer e recreação, desenvolvimento de habilidades artísticas manuais e psico-motoras, estimular a união e a solidariedade entre os idosos, manter intercâmbio com outros grupos.

Atividades: Programa Conviver da Prefeitura Municipal e Ginástica da Terceira Idade.

Associação dos Moradores da Lagoa do Peri

Sigla: ASMOPE

Ano de Fundação: 1986

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Crianças de 02 à 06 anos e adultos carentes da comunidade.

Objetivo: Mantenedora da Escola Comunitária da Lagoa do Peri, atende desde famílias da localidade da Lagoa do Peri, até os bairros da Armação, Pântano do Sul, Morro das Pedras e Campeche, através do seu trabalho de Educação Infantil realizado na escola. A Escola possui caráter educativo, recreativo e de promoção social; contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças da comunidade e adjacências.

Atividades: Creche integral; alfabetização de adultos carentes da comunidade.

Associação dos Moradores da Praia do Forte

Sigla: AMPRAFO

Ano de Fundação: 1988

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Crianças e mães carentes.

Objetivo: não encontrado

Atividades: Educação Complementar, Grupo de Mulheres e Organização Comunitária.

Associação dos Moradores da Vila Aparecida

Sigla: AMVA

Ano de Fundação: 1986

Endereço: Rua Fermino Costa, 194

Área de Abrangência: Não encontrado

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Crianças e adolescentes de 07 à 17 anos.

Objetivo: Defender os interesses dos seus moradores perante as autoridades constituídas; representar a comunidade perante os órgãos públicos e privados, buscando junto aos mesmos as respostas para as reivindicações; promover o desenvolvimento da comunidade, através da realização de obras e ações, com recursos próprios e/ou obtidos por doações ou empréstimos.

Atividades: Reforço Escolar; Atividades Artísticas, Culturais e Esportivas.

Associação dos Moradores de Santo Antônio Lisboa (Provisório)

Sigla: AMSAL

Ano de Fundação: 1987

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Crianças de 04 meses à 03 anos.

Objetivo: Atendimento de crianças, filhos de famílias carentes, na faixa etária de 04 meses à 03 anos de idade, proporcionando através desse atendimento, o desenvolvimento físico e psíquico.

Atividades: Creche Comunitária

Associação dos Moradores do Jardim Atlântico

Sigla: AMJA

Ano de Fundação: 1981

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Estadual

Público-Alvo: Comunidade local

Objetivo: Integrar e dinamizar as ações da comunidade, promover os vínculos de solidariedade e cooperação entre seus membros; representar a comunidade perante os poderes constituídos, buscar recursos, promover o desenvolvimento e participar do contexto social na área de sua abrangência.

Atividades: Atendimento às pessoas da comunidade (adolescentes, adultos e idosos), estimulando através de cursos de tricô; crochê; corte e costura; pintura em tecido; pintura em tela; artes aplicadas; Grupos de Idosos; possibilitando aumento da renda familiar, formando profissionais nos referidos cursos, em forma relacionada com o trabalho comunitário.

Associação dos Pacientes Renais de Santa Catarina

Sigla: APAR

Ano de Fundação: 1997

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Doentes renais de todas as idades.

Objetivo: Através de ações conjuntas com entidades públicas e privadas, melhorar as condições de vida dos doentes em tratamento dialítico ou já transplantados.

Atividades: Tratamento de qualidade com ações que diminuem o sofrimento dos pacientes que se encontram em hemodiálise e com outras patologias; fiscalização das clínicas de hemodiálise em todo o estado, em parceria com a vigilância sanitária; estímulo da população à doação de órgãos para a redução da lista de espera por transplantes.

Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social

Sigla: AEBAS

Ano de Fundação: 1955

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Federal e Municipal

Público-Alvo: Crianças e adolescentes.

Objetivo: O pleno exercício da assistência social e beneficente; o desenvolvimento de ações participativas e comunitárias com características terapêuticas e/ou preventivas; a atuação exclusivamente junto às comunidades carentes.

Atividades: Centro de Educação Infantil (03 meses a 06 anos); Centro de Educação Complementar (07 a 15 anos).

Associação Fraterna Divino Oleiro

Sigla: A.F.D.O.

Ano de Fundação: 25/03/1999

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Famílias carentes

Objetivo: Apoiar e executar obras de caráter social, religioso e comunitário, com vistas à promoção e integração das pessoas, grupos e comunidade, no norte da Ilha de Santa Catarina.

Atividades: Desenvolve projetos na área de comunicação, formação, organização comunitária e apoio familiar.

Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos

Sigla: AFLODEF

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Pessoas portadoras de deficiência física.

Objetivo: Promover a readaptação, integração e orientação aos deficientes físicos; proteger os direitos dos deficientes físicos e; envolver a comunidade na problemática do deficiente físico.

Atividades: Cursos de Capacitação Profissional; encaminhamento ao mercado de trabalho; desenvolvimento de atividades esportivas e assistência jurídica.

Associação Florianopolitana de Voluntárias

Sigla: AFLOV

Ano de Fundação: 1980

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Estadual

Público-Alvo: Crianças, adolescentes e famílias.

Objetivo: Colaborar no município de Florianópolis com a implantação de medidas de política social, visando proteção e valorização da pessoa humana; assistir e proteger crianças, adolescentes, idosos e núcleo familiar em situação de risco pessoal ou social, através de ações e execuções próprias; planejar e realizar campanhas e promoções sociais que visem o desenvolvimento social e cultural dos indivíduos; apoio e articulação com organizações governamentais, ligadas a questão social, proteção e defesa da cidadania; dentro de sua programação e disponibilidade de recursos, prestar auxílio à população florianopolitana; promover e apoiar ações voltadas à profissionalização, visando a inserção de pessoas carentes ao mercado de trabalho formal ou informal.

Atividades: Creches Domiciliares (04 meses a 05 anos e 11 meses); Casa da Cidadania (06 a 16 anos); Projeto Guias Mirins (16 a 17 anos); Trabalho Educativo ao Adolescente (16 a 18 anos); Centro Referencial da Criança (Cidade da Criança); Projeto Florir-Floripa (07 a 17 anos); Projeto Confecção de Fraldas Descartáveis (voluntários); Estacionamentos (fixos e rotativos); Grupo de Produção / Artesãos Associados (mulheres); Benefícios e Serviços Sociais; Natal nas Comunidades (até 12 anos); Hora de Comer (02 a 05 anos e 11 meses); Convênio de Cooperação Técnica e Financeira / Parceria.

Associação Mantenedora de Apoio

Sigla: AMA-CVV

Ano de Fundação: 1991

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Federal

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Todas as pessoas, de diferentes idades, que enfrentam o problema da depressão suicida.

Objetivo: Prevenção ao suicídio.

Atividades: Atendimento telefônico e pessoal, gratuito e sigiloso

Associação Novo Alvorecer (089/01)

Ano de Fundação: 04/10/95

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Crianças e adolescentes e suas famílias.

Objetivo: Atender às crianças de famílias carentes, através de apoio material, educacional, psicológico, médico e odontológico, atuando na família da criança, sem assistencialismo, visando resgatar no ser humano os seus valores pessoais e sua auto-estima, livrando-o da mendicância ou marginalidade.

Atividades: Fornecimento de cestas básicas; fornecimento de vestuário e medicamentos (sob receita); orientação quanto à higiene e saúde da família; integração entre famílias através da confraternização festiva; encaminhamento de dependentes de álcool e drogas para órgãos competentes; encaminhamento de crianças excepcionais à educação especial; encaminhamento às cursos profissionalizantes do SINE; atendimento médico e odontológico.

Casa da Criança do Morro da Penitenciária

Ano de Fundação: 1988

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Comunidade local.

Objetivo: Intervir na realidade de processos de exclusão social, cultural e econômico a que vem sendo submetidos meninos e meninas do Morro da Penitenciária e suas respectivas famílias.

Atividades: Programa Brincando Também se Aprende (oficina sócio-cultural - 06 a 13 anos); Programa Tecendo Cidadania (reforço escolar - 14 a 17 anos); Programa de Atendimento às Famílias; Programa de Informação e Acesso a Rede de Serviços Sociais disponíveis na cidade; Cuidando de sua saúde (atendimento odontológico de crianças).

Centro Cultural Escrava Anastácia da Capela Nossa Senhora do Mont Serrat

Sigla: CCEA

Ano de Fundação: 1998

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Não encontrado

Público-Alvo: Comunidade local.

Objetivo: Visa a promoção humana e a capacitação de recursos humanos.

Atividades: Projeto Mont Serrat (Programa: inglês, computação, dança, corte e costura, judô e capoeira - 07-17 anos); Projeto Travessia (Programas: diferentes atividades); Projeto da 3º Idade (Programas: trabalhos manuais, bingo e lanche); Projeto de Atendimento em Técnicas Naturais (Programa: cromoterapia, Reiki, homeopatia e massagem).

Centro de Educação e Evangelização Popular

Sigla: CEDEP

Ano de Fundação: 1987

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Crianças, adolescentes, jovens e adultos das classes populares.

Objetivo: Promover ações na área teológica e civil para o desenvolvimento de práticas organizativas e educacionais que contribuam para a superação da situação de marginalidade social das classes populares.

Atividades: Projeto Oficina do Saber (educação complementar – 07 a 14 anos); Projeto Pré-Vestibular da Cidadania (jovens e adultos).

Centro de Integração Empresa Escola

Sigla: CIEE

Ano de Fundação: 1984

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Jovens estudantes de Santa Catarina

Objetivo: A promoção da integração ao mercado de trabalho; a atuação como agente de Integração, administrando programas de estágio a estudantes de cursos de educação superior, de ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior ou escolas de educação especial, em empresas privadas, órgãos públicos, capazes de ampliar o processo formativo do ensino; o entrosamento entre Escola e Empresa ou entes públicos; o intercâmbio das instituições de ensino e pesquisa; o desenvolvimento do processo educativo de formação escolar; a prestação de assistência social e educacional a pessoas carentes, inclusive mediante cursos gratuitos de alfabetização e educação; o desenvolvimento da cultura; a defesa da ética, da cidadania, dos direitos humanos e de outros valores universais.

Atividades: Programa de Estágio – Estágio de Estudantes (acadêmicos), Processos Seletivos Especiais (contratação), Acompanhamento de Estágio, Seguro contra Acidentes Pessoais; Programa de Desenvolvimento Estudantil – Cursos de Capacitação para Futuros Profissionais, Alfabetização Gratuita de Adultos, Palestras Temáticas Educativas Específicas para Jovens e Adolescentes, Oportunidade para Portadores de Necessidades Especiais, Campanha Nacional Antidrogas nas Escolas Superiores, Comunicação Estratégica (Jornal Trimestral).

Centro de Integração Familiar

Sigla: CEIFA

Ano de Fundação: 1996

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Famílias de baixa renda.

Objetivo: Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e do adolescente; propiciar o ingresso, regresso, permanência e conquista de resultados positivos no processo

educacional; estabelecer estratégias para integração e convivência familiar e comunitária; atuar pela mobilização social visando a dignidade, respeito e formação, superando o assistencialismo e prevenindo a marginalidade.

Atividades: Crianças e Adolescentes (7-14) - Oficinas Pedagógicas; Oficinas de Habilidade de Estudos; Oficinas de Arte e Expressão; Oficinas de Comunicação e Expressão; Acompanhamento Escolar Cristão para Crianças; Acompanhamento Médico periódico; Tratamento Odontológico; Alimentação; Cestas Básicas às Famílias; Reuniões e visitas aos pais em grupos; Reuniões Pedagógicas; Acompanhamento e Aconselhamento individual aos pais e parentes das crianças; Passeios recreativos e educativos; Cortes de Cabelo mensal; Trabalho de Orientação Cristã ao Adolescente (TOCA); Preparação para Trabalho (adolescentes); Aulas de Informática; Festas Beneficientes.

Centro Espírita Leocádio José Correa

Ano de Fundação: 1988

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: População carente

Objetivo: Estudo, difusão e prática do Espiritismo evangélico; prática da caridade cristã, inclusive através de obras de assistência e promoção humana.

Atividades: Assistência às gestantes (enxovais, alimento); Assistência Espírita Social (cestas básicas); Orientação Psicológica; Atendimento Homeopático; Berçário (0-2).

Centro Espírita Raul Machado

Sigla: CERM

Ano de Fundação: 1961

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Estadual

Público-Alvo: População de baixa renda.

Objetivo: O estudo, a prática e a divulgação do Espiritismo codificado por Allan Kardec e o exercício da filantropia.

Atividades: Projeto "Reforço Pedagógico" (1º a 4º série); Atividades Recreativas com jogos; Atividade Artística em sala; Roda de Finalização (avaliação do dia, historinhas, música e/ou jogos calmos, orientação trânsito e comportamento em casa, ênfase carinho pais e irmãos); Doação de Cestas Básicas (famílias) e enxoval para gestantes.

Centro Espírita Seara do Amor

Sigla: CESA

Ano de Fundação: 1937

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Comunidade carente.

Objetivo: Filantrópicos, educacionais, religiosos e de recuperação físico-espiritual.

Atividades: Departamento Assistencial Espírita – Campanha do "Quilo" (arrecadação e distribuição de cestas básicas para famílias); Auxílio à Gestante (confeção e distribuição

de enxovais, alimentos, roupas, cobertores, e trabalho de orientação); Campanha do Agasalho (arrecadação e distribuição para famílias); Assistência às Favelas; Distribuição de Medicamentos; Assistência em Eventos (palestras educativas / morais e distribuição de cestas, roupas, presentes).

Centro de Apoio à Formação Integral do Ser

Sigla: CEA FIS

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Crianças, adolescentes e jovens em situação de risco social.

Objetivo: Promover a formação integral das potencialidades do SER, visando o seu desenvolvimento natural, progressivo e harmonioso nas suas dimensões intelectuais, afetivas, espirituais, estéticas e físicas; aliar-se ao imperioso esforço em prol da educação no seu sentido mais amplo, empreendendo ações de caráter construtivo, junto a crianças, adolescentes e jovens em situação de risco social; estudar o Espiritismo e divulgar seus ensinamentos, de conformidade com os métodos estabelecidos na Codificação de Allan Kardec e nas obras subsidiárias; promover a prática do Bem em suas múltiplas dimensões.

Atividades: Projeto de Apoio Pedagógico (7-14) – Reforço escolar, oficina de música, aulas de esporte e recreação no SESI / São José; Projeto Música e Cidadania – Oficina de Musicalização, Oficina de Flauta Doce, Oficina de Prática Coral, Oficina de Percussão.

Centro Espiritual da Estrela Guia

Sigla: CEVGUA

Ano de Fundação: 1992

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Crianças e adolescentes.

Objetivo: Filantrópicos, comunitários, educacionais e religiosos, de recuperação física, espiritual e de assistência social.

Atividades: Creche (inferior a 5 anos); Reforço Pedagógico (7-14); Reforço Psicológico (7-14).

Conselho Comunitário da Coloninha

Sigla: CCC

Ano de Fundação: 1978

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Crianças, adolescentes, idosos e famílias carentes.

Objetivos: Atendimento com creche conforme demanda apresentada na comunidade em lista de espera nas creches municipais.

Atividades: Atendimento a crianças de 0 a 6 anos no período integral; atendimento à crianças e adolescentes de 7 a 17 anos com reforço escolar e oficinas de marcenaria / informática; Grupo de Convivência para idosos; Grupo de Terceira Idade com atividades de

lazer; Cursos de qualificação profissional; atendimento à famílias carentes com doações de cestas básicas.

Conselho Comunitário da Costeira do Pirajubaé

Sigla: CCCP

Ano de Fundação: 1984

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Federal, Estadual e Municipal

Público-Alvo: Crianças, adolescentes e famílias carentes.

Objetivo: Integrar e dinamizar as ações da comunidade, aprimorando-a como agente de seu próprio desenvolvimento, em estreita colaboração com os órgãos do poder público.

Atividades: Creche, Educação Complementar e Cursos Profissionalizantes. /0-18/

Conselho Comunitário de Coqueiros

Sigla: CCC

Ano de Fundação: 1982

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Famílias da comunidade.

Objetivo: Desenvolvimento de ações comunitárias.

Atividades: Atendimento às famílias residentes no bairro de Coqueiros; Oferecer atendimento pedagógico à pré-escola; Creche (0-6); Educação Infantil; Desenvolver cursos profissionalizantes para as mães.

Conselho Comunitário de Saco dos Limões

Sigla: CCSL

Ano de Fundação: 1977

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Comunidade local e bairros adjacentes.

Objetivo: Despertar na comunidade a consciência de suas possibilidades e deficiências, orientando-a quanto aos seus direitos sociais; representar a comunidade em todos os níveis e momentos, defendendo seus pensamentos e ações; Desenvolver uma ação educativa coerente com a realidade social, articulando "cuidado e educação" no processo de desenvolvimento e aprendizagem infantil; Oportunizar e estimular o desenvolvimento bio-psicossocial da criança e do adolescente, respeitando-os enquanto pessoa em condição peculiar de desenvolvimento; possibilitar um espaço de valorização pessoal, socialização e trocas de vivências, para uma maior qualidade de vida ao idoso.

Atividades: Centro de Educação Infantil Nossa Senhora da Boa Viagem (03 meses a 06 anos); Escolinha de Esportes (5-16); Capacitação Profissional; Grupo de Convivência de Idosos União (a partir de 60 anos); Grupo de Voluntárias; Grupo de Mulheres "Bem Estar".

Conselho Comunitário do Conjunto Habitacional Panorama

Sigla: CONSCOPAN

Ano de Fundação: 1993

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Comunidade local e bairros adjacentes.

Objetivo: Despertar na comunidade a consciência de suas possibilidades e deficiências, orientando-a quanto aos seus direitos sociais.

Atividades: escolinha de futebol; aulas de karatê; grupo de terceira idade, ginástica aeróbica; capoeira; para as crianças: rua do lazer e festividades em datas especiais; reuniões dançantes; palestras; jogos de salão e trabalho de conscientização com jovens.

Conselho Comunitário do Pantanal

Sigla: CCPAN

Ano de Fundação: 1981

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Objetivo: Promover e fomentar ações que visem o desenvolvimento comunitário, buscando o progressivo aumento da qualidade de vida da população atendida.

Atividades: Projeto CCPan Criança (esporte, cultura, laser – atendimento diário); Projeto Chorando e Sorrindo com Cidadania (crianças e adolescentes); Ballet (5-11); Teatro (adolescentes); Capoeira Infantil; Grupo de Convivência para Idosos; Atendimento a Comunidade em geral; Assistência Social – Grupo de Mães e Grupo de Gestantes; Orientação e Apoio Sócio-Familiar; Concessão de auxílios emergenciais; Assistência Jurídica; Alfabetização de Adultos.

Conselho Comunitário do Monte Verde

Sigla: CCMV

Ano de Fundação: 1980

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Comunidade em geral e bairros adjacentes

Objetivo: Integrar e dinamizar as ações da comunidade, apropriando-a como agente de seu próprio desenvolvimento; em estreita colaboração com os órgãos de poder público.

Atividades: Curso de Eletricista; Curso de Corte e Costura; Curso de Aperfeiçoamento em Corte e Costura; Curso de Relações Humanas; Curso de Bordado Artesanal; Curso de Crochê Artesanal; Curso de Tricô Artesanal; Curso de Corte de Cabelo; Curso de Cabeleireiro; Curso de Aperfeiçoamento de Cabeleireiro; Curso de manicura e pedicura, depilação; Curso de Culinária; Aulas de Balé Clássico (5-13); Escolinha de Futebol (masc. e fem. 7-17); Escolinha de Voleibol e Handebol (masc. e fem. 7-17); Curso de Flores de Seda; Curso de Flores Artificiais diversas; Curso de Docinhos Moldados; Curso de Roupas íntimas; Curso de Papel artesanal; Curso de Encadernação com Xilogravura; Curso de Oleiro; Curso de Couro; Curso de Tapeçaria; Bailes; Clube de Idosos; Encaminhamento ao

Mercado de Trabalho; Alfabetização para Adultos; Creche (3-6); Encontro Semanais de Enfermagem; Reuniões com Grupos de Aleitamento Materno; Gabinete Odontológico; Encontro de Comunidade; Palestra (drogas, saúde da mulher, métodos preventivos); Bingos; Oficinas sobre Drogas; Campanhas de Donativos; Atendimento e encaminhamento a comunidade.

Conselho de Moradores do Saco Grande II

Sigla: COMOSG

Ano de Fundação: 1980

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Moradores do bairro.

Objetivo: Integrar e dinamizar as ações da comunidade; integrar e fortalecer os valores de ordem moral e cultural; promover os vínculos de solidariedade e cooperação entre os membros da comunidade; representar a comunidade perante os órgãos públicos e privados; colaborar com os poderes públicos na realização de levantamento da situação sócio-econômica-cultural da comunidade; proceder o cadastramento das famílias residentes na comunidade; conscientizar a comunidade de suas potencialidades; despertar a mentalidade de co-responsabilidade e de co-participação; promover a inserção da comunidade no contexto da dinâmica nacional; colaborar na execução da Política Estadual da ação comunitária.

Atividades: Projeto Renascer (7-14) – atividades recreativas e educativas (tarefas escolares); Clube de Mães Horizonte (bingos, passeios); Concessão de auxílios emergenciais (vale-transporte, comida, leite, roupas); Encaminhamento ao Mercado de Trabalho.

Creche do Duduco

Ano de Fundação:

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Crianças e famílias de baixa renda.

Objetivo: Integrar a comunidade José Boiteux, através do trabalho comunitário; manter a creche do Duduco e atender as crianças da comunidade; promover manifestações de natureza cultural; dinamizar a atividade comunitária.

Atividades: Grupo de Mães; Oficina de Trabalho – teatro, musicalização; Trabalho Voluntário (recrutamento); Creche (0-6); Orientação e Apoio Sócio-Familiar; Concessão de auxílios emergenciais; Assistência Jurídica; Cursos de Capacitação Profissional; Encaminhamento ao Mercado de Trabalho; Organização Comunitária.

Creche São Francisco de Assis

Sigla: CSFA

Ano de Fundação: 1981

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Famílias da comunidade.

Objetivo: Criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças levando em conta as possibilidades de aprendizagem nas diferentes faixas etárias.

Atividades: Creche (03 meses à 06 anos e 06 meses); Reunião de Pais; Oficinas – Reeducação Alimentar, Limite (psc); Orientação sobre saúde bucal; Bazar de roupas usadas (comunidade); Acompanhamento Escolar.

Cruz Vermelha Brasileira - Seção SC

Sigla: CVB

Ano de Fundação: 1980

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Pessoas de baixa renda.

Objetivo: Prevenir e atenuar os sofrimentos humanos com toda a imparcialidade, sem distinção de raça, nacionalidade, nível social, religião e opinião política, podendo sua atuação, em determinados casos, estender-se além do território nacional.

Atividades: Departamento de Assistência Social – Concessão de alimentos, roupas, agasalhos e calçados, enxovais; Empréstimo de Cadeira de Rodas; Curso de Artesanato.

Escola Sindical Sul – Creche Canto da Ilha

Ano de Fundação: 1997

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Federal e Estadual

Público-Alvo: Crianças de 0 à 06 anos e famílias carentes.

Objetivo: Promoção do desenvolvimento das crianças ampliando suas experiências e conhecimentos.

Atividades: Educação Infantil (0-6); Palestra Orientação para famílias; Atividades para comunidade – curso de manipulação de alimentos, curso de primeiros socorros, oficinas educativas (integrando creche e comunidade).

Fundação Açoriana para o Controle da Aids

Sigla: FAÇA

Ano de Fundação: 1991

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Federal

Público-Alvo: Pessoas portadoras do vírus HIV e suas famílias.

Objetivo: Promover o desenvolvimento de atividades científicas e sociais, visando a prevenção e o combate à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS.

Atividades: Grupo de Psicoterapia; Projeto AIDS e Qualidade de Vida no Trabalho; FAÇA Direito – Assessoria Jurídica; ABC da Prevenção; FAÇA Voluntariado.

Fundação Banco do Brasil

Sigla: FBB

Ano de Fundação: 21/05/1986

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Nacional

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Comunidade de modo geral.

Objetivo: Promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação, desportos, ciência e tecnologia e; assistência a comunidades urbano-rurais.

Atividades: AABBB Comunidade – Reforço Pedagógico; Atividades Culturais, esportivas e de saúde; BB Educar – Alfabetização de Jovens e Adultos; Criança e Vida – Diagnóstico precoce e tratamento do câncer infantil; Escola Campeã – Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal da Educação (melhoria do ensino fundamental); Trabalho e Cidadania – Comunidade – ações de apoio ao trabalhador; Projeto Memória – resgate histórico do Brasil.

Fundação Catarinense de Educação na Empresa

Sigla: FECE

Ano de Fundação: 1994

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Federal

Público-Alvo: Funcionários das empresas e comunidade em geral.

Objetivo: Ser centro de excelência de educação de jovens e adultos, tendo como paradigma a melhoria permanente da qualidade de vida do homem com agente transformador.

Atividades: Projeto Chão de Fábrica: curso de educação de jovens e adultos; curso de alfabetização e pós-alfabetização; curso de atualização e aperfeiçoamento; capacitação para dirigentes, funcionários, empregados, profissionais e comunidade em geral.

Fundação de Apoio ao Hemosc/Cepon

Sigla: FAHECE

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Estadual

Público-Alvo: Pacientes do Hemosc e Cepon.

Objetivo: Manter e promover serviços públicos gratuitos de assistência médica na área do sangue e do câncer.

Atividades: Serviços de Hematologia e Hemoterapia; Serviços de Oncologia.

Fundação Fé e Alegria do Brasil

Sigla: FYA/MEPI

Ano de Fundação: 1993

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Jovens e crianças excluídas dos direitos sociais.

Objetivo: Desenvolvimento comunitário e defesa da criança e adolescente.

Atividades: Projeto Sócio-Educativo; Projeto Sócio-Familiar; Projeto Educação Social de Rua.

Fundação Vidal Ramos

Sigla: FVR

Ano de Fundação: 1958

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Crianças e adolescentes carentes da região.

Objetivo: A valorização do homem integral e a promoção humana.

Atividades: Projeto Reforço Pedagógico de 1º grau; Projeto Moradia Estudantil (2º e 3º grau); Projeto Eventos de Promoção Sócio-cultural; Projeto Biblioteca Comunitária; Projeto Informática; Telecurso 2000 (adultos); Programa de Atendimento ao Jovem Portador de Deficiência Mental; Projeto Reciclagem de papel e papelão; cartonagem; fabricação de fraldas; encardenação; plastificação; estamparia.

Grupo de Apoio e Prevenção da AIDS

Sigla: GAPA

Ano de Fundação: 1987

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Federal, Estadual e Municipal

Público-Alvo: Crianças e adolescentes.

Objetivo: O estudo, difusão de informações e realização de atos que promovam a prevenção da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) e a melhora na Assistência prestada às vítimas da citada síndrome.

Atividades: Lar Recanto do Carinho (0-6); Lar Recanto da Esperança (masculino); Disque-AIDS; Projeto "Consciência" (garotos de programa); Projeto "Desperta Mulher" (grupo de auto-ajuda); Grupo de Auto-Ajuda (portadores, familiares, amigos ou voluntários).

Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Florianópolis

Sigla: GEAAF

Ano de Fundação: 1996

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Estadual

Público-Alvo: Comunidade em geral.

Objetivo: Evitar a institucionalização de crianças e adolescentes e também, prevenir o abandono, desenvolvendo um trabalho e esclarecimento, estímulo e encaminhamento à adoção.

Atividades: Reuniões Públicas; Palestras; Projeto "A Mídia no Auxílio à Adoção"; Programa de Estágios (serviço social, psicologia, pedagogia, direito e jornalismo); Projeto de Apoio à Criança e ao Adolescente.

Grupo Escola Irmão Delmiro

Sigla:GREID

Ano de Fundação:1947

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Comunidade em geral.

Objetivo: O desenvolvimento do ser humano, independente de fatores como: raça, credos, cor, etc.

Atividades: Visita a asilos; Distribuição de Cestas Básicas (idosos); Orientação pedagógica e espiritual com palestras (crianças); Oficina de Trabalhos Manuais (corte e costura para crianças acima de 09 anos); Escola Dominical para crianças; Domingo Pré-Juventude (brincadeira, passeios, orientação e alimentação); Domingo Juventude (orientação, palestras, alimentação); Sábado Grupo Jovem (grupo de trabalho com orientação e palestras); Atendimento Ambulatorial; Distribuição de Enxovais; Doação de Muletas, ervas, chás medicinais, homeopatia, com recomendação médica; Confeção de trabalhos manuais para venda; Creche para as crianças da comunidade.

Grupo Integrado Obras Sociais

Sigla: GIOS

Ano de Fundação: 1983

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Comunidade em situação de vulnerabilidade social.

Objetivo: Filantrópico e de beneficência; de proteção à maternidade, à infância e à velhice; de socorro às vítimas de catástrofes climáticas.

Atividades: Confeção de roupas para creches (0-8), asilos, hospitais e famílias carentes; Distribuição de Alimentos (asilos); Doação de fraldas geriátricas para asilos; Campanha do material de higiene (distribuição em hospitais); Distribuição de cueiros e fraldas para recém-nascidos.

Instituto Arco Íris

Ano de Fundação: 25/02/97

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Federal, Estadual e Municipal

Público-Alvo: Dependentes químicos em geral e moradores de rua que estão proliferando a aids, tuberculose e hepatite.

Objetivo: Prestar assistência a pessoas que vivem com VIH (vírus da imunodeficiência humana) e SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida); desenvolver atividades e projetos de prevenção às DST (doenças sexualmente adquiridas); VIH e SIDA, voltados à população, com prioridade àquelas populações em situação de maior vulnerabilidade; lutar pela garantia do pleno exercício dos direitos humanos a todos os cidadãos e cidadãs, com prioridade às pessoas acometidas direta ou indiretamente pela epidemia do VIH/SIDA.

Atividades: Projeto Boca da Noite Mulheres; Projeto Boca da Noite Travestis; Projeto de Redução de Danos; Projeto Vôo para a Liberdade; Projeto Cidadania e Prevenção; Projeto

Teatro na Prevenção; Atendimento Psicológico – portadores HIV/AIDS; Assistência Jurídica – portadores HIV/AIDS; Realiza oficinas e treinamento para agentes de saúde; Presta assessoria e consultoria a grupos, associações e órgãos públicos na organização e gestão de projetos educativos/preventivos; Organiza eventos; Produz textos informativos.

Instituto de Audição e Terapia da Linguagem

Sigla: IATEL

Ano de Fundação: 1969

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Federal, Estadual e Municipal

Público-Alvo: Crianças, adolescentes e adultos portadores de distúrbios da comunicação.

Objetivo: Promover a educação e reeducação de crianças, adolescentes e adultos portadores de distúrbios da comunicação.

Atividades: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Sala de Recursos (apoio pedagógico); Atendimento Fonoaudiológico; Atendimento para Assistência Social.

Instituto Voluntários em Ação

Sigla: IVA/SC

Ano de Fundação: 1998

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Entidades que atendem pessoas carentes ou necessitadas.

Objetivo: Promover estudos e capacitação de recursos humanos na área social, com vistas ao desenvolvimento do trabalho voluntário no Estado; promover, coordenar e apoiar a implementação de Centros de Voluntariado em outros municípios do Estado; planejar e/ou organizar a capacitação, direta ou indireta, de organização não-governamental e grupos de voluntariado que desenvolvem ações voltadas para a área social; promover cursos, seminários, palestras e outros eventos informativos, oferecer espaço para intercâmbio de experiências entre Instituições e grupos de voluntários; implantar estratégias locais de mobilização e estímulo à participação, organizando a oferta e demanda do voluntariado; desenvolver projetos e outras atividades ou afins.

Atividades: Cadastra ONGs que querem receber voluntários; recruta, seleciona e capacita voluntários.

Irmandade do Divino Espírito Santo

Sigla: IDES

Ano de Fundação: 1773

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Crianças, adolescentes e famílias em via de exclusão.

Objetivo: Oferecer atendimento a crianças e adolescentes ameaçados ou violados em seus direitos através de programas que despertem valores e potencialidades, visando contribuir com a formação do ser humano.

Atividades: Abrigo Lar São Vicente de Paulo (0-6); Centro Educacional Infantil Girassol (2-6).

Irmandade Senhor Jesus dos Passos e Hospital de Caridade

Sigla: HC

Ano de Fundação: 1765

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Federal, Estadual e Municipal

Público-Alvo: Pacientes do hospital e seus familiares, internados ou não.

Objetivo: O culto ao Senhor Jesus dos Passos e da Vera Cruz, bem como a administração e custeio do Hospital, promovendo direta ou indiretamente o exercício da solidariedade humana, através da assistência médico-cirúrgica, hospitalar e ambulatorial com finalidade preventiva, curativa, educativa e de pesquisa.

Atividades: Atendimento assistencial e médico-hospitalar por especialidade.

Jovens com uma Missão

Sigla: JOCUM

Ano de Fundação: 1993

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Crianças e adolescentes encaminhados pelo Conselho Tutelar.

Objetivo: Ajudar a criança e o adolescente a conscientizar-se da necessidade de um convívio familiar, através da introdução de valores sociais e culturais, numa realidade mais próxima possível de seu habitat, afim de tornar-se agente de seu próprio processo de desenvolvimento.

Atividades: Famílias – orientação e acompanhamento psico-social e concessão de benefícios materiais; Usuários de Drogas/Alcool (adultos) – apoio, atendimento e encaminhamento para casas de recuperação; Moradores de Rua (adultos) – abordagem de rua; Alfabetização de Adultos (capacitação profissional e geração de renda); Concessão de Benefícios (cestas básicas, roupas, calçados, produtos de higiene); Distribuição de Refeições.

Lar Fabiano de Cristo

Sigla: LFC

Ano de Fundação: 1974

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Comunidade local.

Objetivo: Promoção Integral da Família.

Atividades: Programa de Orientação Sócio-Familiar; Programa de Apoio Sócio-Educativo – educação infantil (2-6), desenvolvimento criativo e apoio escolar (7-12), profissionalização (a partir de 12 anos); Grupo de Convivência para Idosos; Alfabetização para Adultos; Saúde Integral; Apoio Emergencial.

Legião da Boa Vontade**Sigla:** LBV**Ano de Fundação:** 1959**Certificado do CNAS:** Não**Área de Abrangência:** Estadual**Tipo de Convênio:** Não**Público-Alvo:** Populações carentes com prioridade à criança e ao adolescente.**Objetivo:** Prestar serviços às populações carentes, no seu desenvolvimento de programas e projetos voltados à família, à maternidade, à infância e à terceira idade, com prioridade absoluta à criança e ao adolescente.**Atividades:** Programas: Cidadão Bebê / Grupo de Mães; Grupo de Convivência (idosos); Brinquedoteca; Alfabetização de Adultos; Ronda da Caridade (distribuição de alimentos e vestuários, encaminhamento para cursos de capacitação profissional; Projeto: Projeto Criança Nota 10 (1º a 4º série); Projeto Criança (acompanhamento escolar 1º a 4º série); Cursos de Capacitação Profissional (informática, camareira, recepcionista, secretariado, espanhol).**Legião de Assistência à Família****Sigla:** LAFAM**Ano de Fundação:** 1971**Certificado do CNAS:** Não**Área de Abrangência:** Estadual**Tipo de Convênio:** Não encontrado**Público-Alvo:** Presidiários e suas famílias.**Objetivo:** Dar assistência às famílias de presidiários e de presidiárias; manter e administrar a Casa do Egresso; promover obra de Assistência Social, educacional e profissional dos egressos do Sistema Penitenciário.**Atividades:** Assistência à Presidiários Internos; Assistência às Famílias de Presidiários e Ex-Presidiários (concessão de auxílios emergenciais); Assistência à Jovens e Crianças (agasalhos e alimentos); Fornecimento de apostilas e acompanhamento dos interessados para os cursos de supletivo de 1º e 2º grau.**Liga Catarinense de Combate ao Câncer****Sigla:** LCCC**Ano de Fundação:** 1987**Certificado do CNAS:** Sim**Área de Abrangência:** Estadual**Tipo de Convênio:** Federal e Estadual**Público-Alvo:** Pacientes portadores de câncer.**Objetivo:** Combater o câncer em toda a sua extensão, mediante ações preventivas, educacionais, de tratamento médico-hospitalar e desenvolvimento científico.**Atividades:** Consultas médicas / Radioterapia; Cesioterapia; Cobaltoterapia; Betaterapia; Serviço Social – atendimentos diversos.

Missão Nova Vida

Sigla: M.N.V.

Ano de Fundação: 1997

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Dependentes químicos

Objetivo: Tratamento da dependência química dos internos até sua inserção ao convívio social.

Atividades: Regime de Internato; Grupos de Apoio (auto-ajuda) para familiares.

Movimento Hip-Hop Organizado do Estado

Sigla: MHO-SC

Ano de Fundação: 2001

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio:

Público-Alvo: Jovens dos bairros periféricos.

Objetivo: Desenvolver campanhas voltadas a conscientização dos jovens da periferia, dos perigos do uso indevido das drogas, do perigo do envolvimento com a criminalidade, propondo como solução a cultura Hip-Hop e oferecendo a possibilidade da profissionalização destes jovens para sua conseqüente inserção no mercado de trabalho artístico.

Atividades: Hip-Hop Festival (oficinas comunitárias); Programa Nação Hip-Hop (Programa Televisivo – registro de projetos sociais e culturais e debates); Projeto RAPrevinindo (Visitas às comunidades, distribuição de preventivos – DST/AIDS); Conexão Black (confraternização); Nação Black Sul (coletânea de CDs).

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Sigla: MNMMR

Ano de Fundação: 1986

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Crianças e adolescentes de rua, de ambos os sexos.

Objetivo: Mobilização de meninos e meninas para a ampla e irrestrita defesa de seus direitos.

Atividades: Organização de meninos e meninas; Defesa e Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes; Formação de Educadores; Articulação com outras entidades e temáticas sociais.

Obras de Assistência Social Dom Orione de Capoeiras

Sigla: OASDO

Ano de Fundação: 1967

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Famílias carentes da comunidade.

Objetivo: Acolher, acompanhar, orientar, encaminhar e promover pessoas carentes, de qualquer idade, famílias em dificuldade e qualquer pessoa em real necessidade.

Atividades: Centro Educacional Dom Orione (CEDO); Grupo de Convivência – Apoio à Pessoa Idosa; Grupo de Mães Gestantes; Sofredores de Rua; Bazar Dom Orione; Cursos Profissionalizantes.

Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros

Sigla: OSCOPAC

Ano de Fundação: 1980

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Crianças em situação de vulnerabilidade social.

Objetivo: Formação moral, cívica e religiosa, atingindo as crianças desde o pré-primário até completarem a idade adulta. Promoção do lazer em todas as formas sadias de entretenimento.

Atividades: Casas-Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz (6-18); Casa de Passagem São Judas Tadeu (masc.); Grupo de Gestantes; Clube de Mães; Grupos de Terceira Idade Girassol e Nossa Senhora do Carmo.

Obra Social Nossa Senhora da Fazenda Esperança

Sigla: OSNSG

Ano de Fundação: 18/12/1999

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Pessoas carentes.

Objetivo: Prestar atendimento a pessoas ou grupos que necessite de apoio para recuperar sua dignidade humana; buscando ser uma resposta aos problemas sociais.

Atividades: Programa de Recuperação para Dependentes Químicos (14-50, masc.); Trabalho com pais de dependentes químicos; Acompanhamento após o período de internação; Trabalho de Prevenção (escolas, grupos de jovens, empresas, seminários, paróquias).

Pastoral da Criança

Sigla: CNBB

Ano de Fundação: 1987

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Federal

Público-Alvo: Comunidade de modo geral com prioridade à criança e ao adolescente.

Objetivo: Incentivar a participação das comunidades carentes para a sobrevivência infantil, educação da mulher como agente de transformação de sua família e da comunidade.

Atividades: Grupo de Adolescentes e Pré-Adolescentes; Grupo de Mães; Orientação e Apoio Sócio-Familiar; Alfabetização para Adultos; Visita Domiciliar (0-6); Visita Domiciliar e Orientação a Gestantes; Recrutamento de Voluntários.

Rede Feminina de Combate ao Câncer

Ano de Fundação: 1961

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Mulheres, especialmente as carentes.

Objetivo: Coordenar atividades privadas de combate ao câncer, desenvolver programas de combate ao câncer, apoiar ações governamentais que visem a promoção da saúde, em especial o combate ao câncer e incentivar a colaboração de voluntários.

Atividades: Prevenção ao câncer do colo do útero e mamas; palestras educativas; exames; encaminhamentos para centros médicos especializados; doação de cestas básicas para mulheres em tratamento.

Sociedade Alfa Gente

Sigla: SAG

Ano de Fundação: 1978

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Municipal

Tipo de Convênio: Federal e Municipal

Público-Alvo: População carente

Objetivo: Manter Centros Infantis nas comunidades carentes; manter atividades de alfabetização de adolescentes e de adultos nas comunidades atendidas; promover a extensão do ensino universitário, através de estágio supervisionado; manter serviços de treinamento de pessoal das comunidades atendidas, nos diversos ramos das atividades.

Atividades: Centro de Educação Infantil (Comunidades: Mocotó e Morro da Caixa; 0-6); Casa da Criança e do Adolescente no Morro da Caixa (7-16); Acompanhamento Odontológico e de Vacinas; Acompanhamento Familiar.

Sociedade Assistencial Vicentina

Sigla: SAVI

Ano de Fundação: 1965

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: Idosos e famílias pobres.

Objetivo: Prestar auxílio aos idosos desamparados e famílias pobres.

Atividades: Distribuição de acolchoados, roupas novas e usadas, sapatos a famílias, e cestas básicas no final do ano.

Sociedade Beneficente Vida e Movimento

Sigla: SBVM

Ano de Fundação: 1984

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Pessoas portadoras de deficiência.

Objetivo: Manter e desenvolver uma instituição especializada, destinada a prestar assistência a portadores de distúrbios neuro-psíquicos; prestar assistência a excepcionais isentos de qualquer recurso financeiro e; cooperar com instituições congêneres oficiais e particulares.

Atividades: Escola Especial Vida e Movimento: Estimulação Essencial (educação infantil); Oficina Pedagógica II (educação de jovens e adultos – atividades laborais); Programa TEACCH (ensino fundamental e alfabetização); Grupo de Trabalho (ensino fundamental); Programa de Atendimento à Família; Triagens; Oficina de Reinclusão (ensino regular); Trabalho de Fisioterapia, Fonodiologia e Psicologia Educacional.

Sociedade Civil do Bem Estar Familiar

Sigla: BEMFAM

Ano de Fundação: 1965

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Federal, Estadual e Municipal

Público-Alvo: Homens, mulheres e adolescentes.

Objetivo: Atuar na defesa dos direitos de homens, mulheres e adolescentes, à assistência em saúde sexual e reprodutiva.

Atividades: Atendimento especializado em saúde sexual e reprodutiva, aconselhamento e referências para assistência social, jurídica e policial para pessoas em situação de violência de gênero.

Sociedade de Assistência Social e Educacional “o Bom Samaritano”

Sigla: SASEBS

Ano de Fundação: 1988

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Dependentes químicos e idosos.

Objetivo: Promover a assistência social e educacional, visando ainda complementar a assistência social e educacional, poderá desenvolver a seguinte atividade: criar meios de amparo ao idoso, a criança, ao indigente e de recuperação aos toxicômanos.

Atividades: Grupo Betesda (idosos); Desafio Jovem Feminino (internato - adultos); Desafio Jovem Masculino (internato – adultos).

Sociedade Espírita Amigos da Fraternidade

Sigla: SEAF

Ano de Fundação: 22/02/1999

Certificado do CNAS: Não

Área de Abrangência: Grande FLorianópolis

Tipo de Convênio: Não

Público-Alvo: População da região.

Objetivo: O estudo, a divulgação, a prática dos princípios, idéias da doutrina Espírita e a Evangelização da criança e jovem, consubstanciados no Evangelho de Jesus e nas Obras da Codificação Kardequiana.

Atividades: Evangelização Infantil; Grupos de Jovens (I -10-12; II – a partir de 13); Divulgação Doutrinária e Posse Coletivo; Sessões Mediúnicas; Grupos de Estudos; Atendimento à população com voluntários na área da Fluidoterapia, Florais de Bach, Assistência Psicológica, Massoterapia e Jurídica; Assistência Social (oficinas de trabalhos manuais, distribuição de roupas semi-novas e enxovais em núcleo pobre e hospital); Assistência Fraterna (grupo de visita a hospitais e lares para orientação espiritual).

Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação

Sigla: SERTE

Ano de Fundação: 1956

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Grande FLorianópolis

Tipo de Convênio: Estadual e Municipal

Público-Alvo: Criança e idosos internos.

Objetivo: Atuação assistencial direcionada ao idoso e à criança institucionalizados e dispõe de atendimento fraterno às famílias e pessoas na suas diferenciadas manifestações de carências psico-sociais e espirituais.

Atividades: Projetos: Recomeçar (famílias com filhos abrigados); Capacidade dos Funcionários do Lar das Crianças; Arte Aplicada para Melhor Idade (idosos); Mexa-se na Terceira Idade; Programa Asilar (idosos); Programa de Abrigo (0-6); Programa de Educação Infantil (0-6).

Sociedade Espírita Entreposto da Fé (001/98)

Sigla: SEEDE

Ano de Fundação: 1990

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Estadual

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Crianças, jovens e adultos.

Objetivo: Promover a assistência espiritual e material a crianças, jovens e adultos.

Atividades: Programa de Atendimento a Viciados (ambos os sexos, todas as idades); Programa de Atendimento à Família Carente; Programa de Atendimento à Infância; Programa de Assistência Espiritual; Programa Doutrinário (Allan Kardec).

Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna

Sigla: SEOVE

Ano de Fundação: 1972

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Comunidade carente de modo geral com prioridade à crianças e idosos.

Objetivo: Assistência a idosos, crianças em regime de semi-internato, mães de família, adolescentes e comunidade carente de modo geral.

Atividades: Apoio a Pessoa Idosa (asilo); Creche Irmã Scheila (2-6); Organização Comunitária.

Sociedade Promocional Menor Trabalhador

Sigla: PROMENOR

Ano de Fundação: 1977

Certificado do CNAS: Sim

Área de Abrangência: Grande Florianópolis

Tipo de Convênio: Municipal

Público-Alvo: Crianças e adolescentes vulneráveis social e economicamente.

Objetivo: Promover e estimular as crianças e adolescentes vulneráveis social e economicamente, disciplinando, organizando, orientando, dirigindo e assistindo sua atividade laboriosa, mantendo, para tal, serviços que realizem seus objetivos.

Atividades: Programa Espaço Alternativo do Saber – PEAS (06-14); Centro de Aprendizagem Profissional – CEAP (adolescentes e adultos a partir de 15 anos); Programa Jovem Trabalhador - PJT (16-18).